

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

Junho de 2023

GRUPO TALITA

KLEBER LUIS PRIAMO & CIA LTDA
MAIKO KLEVERSON PRIAMO & CIA LTDA
TALITA INDÚSTRIA DE FARINHAS LTDA
MOINHO TALITA LTDA



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJSU5 P2HFF UUKDW EVQXK

CONTATO

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Ed. World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Ed. Villaggio Di Itália, Zona 03
CEP: 87050-020

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

Excelentíssima Senhora Doutora Juíza de Direito da Vara Cível de Santo Antônio do Sudoeste – Estado do Paraná.

Dra. Eloisa Alessi Prendin

Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do relatório mensal das atividades do devedor ao Juiz, para a devida juntada nos autos de Recuperação Judicial, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, nos termos do art. 22, inc. II, alínea “c” da Lei 11.101/2005.

O presente relatório reúne e sintetiza as informações referentes ao período de **Junho de 2023**, das Recuperandas **TALITA INDÚSTRIA DE FARINHAS LTDA, MOINHO TALITA LTDA, KLEBER LUIS PRIAMO & CIA LTDA e MAIKO KLEVERSON PRIAMO & CIA LTDA**, disponibilizadas por meio do contador responsável Sergio Capra—CRC PR-041954/O-5, devendo-se fazer a ressalva de que tais informações apresentadas possuem caráter provisório, visto que ainda podem sofrer alterações até o final do exercício contábil.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pelas Recuperandas, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como nas informações coletadas pela Administradora Judicial por meio da realização de inspeções periódicas nas instalações da empresa, de informações prestadas pelos credores e terceiros interessados, e ainda da análise da movimentação processual.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao Juízo, aos credores e demais interessados um resumo dos principais fatos ocorridos no período sob análise, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de recuperação judicial. Este relatório e demais documentos relacionados a presente recuperação judicial estão disponíveis para consulta em incidente processual, apenso aos autos de Recuperação Judicial nº **0001202-48.2022.8.16.0154** e no site www.marquesadmjudicial.com.br.

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Curitiba/PR, 28 de agosto de 2023.



M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
ADMINISTRADORA JUDICIAL
CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195
Profissional Responsável: MARCIO ROBERTO MARQUES
OAB/PR nº 65.066 | OAB/SP nº 459.319



ÍNDICE

| | |
|----------------------------------|----|
| 1. SUMÁRIO EXECUTIVO | 4 |
| 2. ATIVIDADES DA | 6 |
| 3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS | 9 |
| 4. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS | 16 |
| 5. ENDIVIDAMENTO | 30 |
| 6. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL | 37 |
| 7. INFORMAÇÕES PROCESSUAIS | 44 |
| 8. GLOSSÁRIO | 58 |
| 9. ANEXOS | 60 |



1. SUMÁRIO EXECUTIVO



Sumário Executivo

| ASSUNTO | OBSERVAÇÕES |
|-------------------------------|---|
| Atividades das Recuperandas | Diante da crise financeira vivenciada pelo Grupo Recuperando, este enfrentou algumas dificuldades, como o bloqueio de contas bancárias, falta de crédito no mercado, dificuldade em realizar compras e de realizar frete de cargas, etc. Visando superar a crise, as Recuperandas adotaram algumas medidas, como a reestruturação do fluxo de caixa e do planejamento tributário. |
| Informações Operacionais | Em relação ao quadro de funcionários, as Recuperandas demonstraram as variações compreendidas no período em análise, encerrando a competência com 46 funcionários ativos. |
| Informações Financeiras | No mês em apreço, as Recuperandas demonstraram redução de 40,20% nos Empréstimos e Financiamentos , relativo a baixa de 85% em Cheques a Compensar , além de apresentar a variação de -219% em Lucros ou Prejuízos Acumulados mediante registro do Prejuízo no Exercício . Em relação ao resultado, verifica-se aumento de 75,40% nas Despesas Administrativas , principalmente pela variação de +652% em Material de Limpeza/Copa/Cozinha , registrando R\$ 21,573 mil contra R\$ 2,868 mil na competência anterior. Houve, também, a contabilização da provisão de Contribuição Social e Imposto de Renda , ocorrida trimestralmente. Em suma, somando a baixa nas receitas operacionais e o montante das despesas do exercício, as Recuperandas auferiram Prejuízo no exercício, reduzindo em 206,81% seu resultado em comparação a competência anterior. |
| Endividamento | No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, as Recuperandas apresentaram, no mov. 8.1, a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, tendo sido apresentada a relação da AJ, nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, ao mov. 118.2. Quanto aos créditos não concursais, informou a existência de débitos tributários/previdenciários. |
| Plano de Recuperação Judicial | O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado pelas Recuperandas no mov. 97, expondo os meios de recuperação que pretendem adotar, visando o soerguimento das empresas, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da LFRJ. Ademais, restou apresentado, ao mov. 261, Modificativo ao PRJ. |
| Informações Processuais | No período em análise, a Administradora Judicial apresentou Relatório do Modificativo do PRJ bem como a Ata da Assembleia Geral de Credores, que culminou na aprovação da votação de suspensão do ato para continuidade a ser realizada em 25/07/2023. Ademais, as Recuperandas requereram a aplicação de multa de 10% sobre o valor da causa dos autos de Busca e Apreensão nº 0001185-12.2022.8.16.0154 em razão da alienação dos bens apreendidos, contrariando determinação judicial. |



2. ATIVIDADES DAS RECUPERANDAS

- 2.1 HISTÓRICO DAS RECUPERANDAS
- 2.2 RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA
- 2.3 MEDIDAS ADOTADAS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE



Atividades das Recuperandas

Diante da crise financeira vivenciada pelo Grupo Recuperando, este enfrentou algumas dificuldades, como o bloqueio de contas bancárias, falta de crédito no mercado, dificuldade em realizar compras e de realizar frete de cargas, etc. Visando superar a crise, as Recuperandas adotaram algumas medidas, como a reestruturação do fluxo de caixa e do planejamento tributário.

2.1 HISTÓRICO DAS RECUPERANDAS

O **GRUPO TALITA**, deu início às suas atividades no ano de 2007 pelos irmãos Kleber Luis Priamo e Maiko Luis Priamo, com atuação direcionada ao mercado de cereais na cidade de Santo Antônio do Sudoeste, município no qual se localiza a sede da Talita Indústria de Farinhas LTDA. Os irmãos escolheram o referido município para desenvolver a atividade empresarial por conta da valorização do peso, tornando vantajoso adquirir cereais e outros produtos brasileiros por empresas argentinas.

Entre os anos de 2010 e 2012, após um bom desenvolvimento das atividades, a Recuperanda Talita Indústria de Farinhas LTDA conseguiu obter a instalação de silos para armazenamento de grãos e empacotadoras automatizadas, de modo que tal fato colaborou consideravelmente para a melhor produção diária de trigo. Com isso, em decorrência do aumento exponencial em sua produção, o Grupo Talita providenciou a reestruturação da logística de produção, de modo que no ano de 2014 o grupo adentrou no ramo de transporte rodoviário de cargas. Assim, ao ingressar no ramo de transporte de cargas, o Grupo Talita ampliou seu mercado de atuação para outros 10 (dez) estados.

Destarte, o grupo salienta que o processo logístico de transporte é a estrutura que possibilita a manutenção da competitividade junto ao mercado nacional, uma vez que, não obstante o transporte de suas próprias cargas, o grupo iniciou também a prestação de serviços de transporte para terceiros, o que ensejou no aumento do faturamento das empresas.

Ademais, as Recuperandas defendem que além de trazer renda e oportunidades de emprego para o município de Santo Antônio do Sudoeste, estas também se dedicam na participação de diversas ações sociais, das quais se destacam a Campanha Filho na Escola e o Projeto Pãozinho Solidário, bem como o apoio de vários projetos envolvendo o tratamento do alcoolismo, consciência no trânsito, esportes, cultura e preservação do meio ambiente.

2.2 RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A crise econômica sofrida pelo Grupo Talita iniciou-se no ano de 2020 em decorrência da chegada da pandemia do Covid-19 no país. Diante das medidas restritivas impostas pelo governo com o fito de amenizar a contaminação pelo vírus, o grupo alega que, por se enquadrar no ramo de indústria e comércio, sofreu consequências financeiras severas, sendo que a demanda por cargas decaiu aproximadamente 50% (cinquenta por cento) em comparação aos meses que antecederam a chegada da pandemia.

Outrossim, somado à dificuldade financeira causada pela pandemia, em outubro de 2020 ocorreu um incêndio na sede da Recuperanda Talita Indústria de Farinhas LTDA localizada na cidade de Santo Antônio do Sudoeste, acarretando na devastação toda área de industrialização da empresa, fazendo com que a Recuperanda fosse obrigada a paralisar suas atividades, bem como proceder com a demissão de quase todos os seus funcionários, sendo que a empresa somente retomou as atividades no início do ano de 2022.

Segundo as Recuperandas, outro motivo que colaborou para o aumento da crise financeira vivenciada fora a guerra entre a Rússia e Ucrânia, sendo que tais países ocupam, respectivamente, a primeira e a quarta posição no ranking de exportação de trigo, de modo que o conflito existente entre os países influencia diretamente no preço de cereais em uma escala mundial. Ainda, ressalta o Grupo Talita que desde o início da guerra, o trigo atingiu preços históricos de vendas.

Não obstante, o valor elevado dos combustíveis corresponde a outro fator que ensejou na crise financeira



Atividades das Recuperandas

Diante da crise financeira vivenciada pelo Grupo Recuperando, este enfrentou algumas dificuldades, como o bloqueio de contas bancárias, falta de crédito no mercado, dificuldade em realizar compras e de realizar frete de cargas, etc. Visando superar a crise, as Recuperandas adotaram algumas medidas, como a reestruturação do fluxo de caixa e do planejamento tributário.

do Grupo Talita, sendo que o custo para desenvolver a atividade de transporte rodoviário de cargas aumentou consideravelmente em razão do aumento no preço do diesel, tendo em vista que o valor do diesel equivale à 40% (quarenta por cento) do custo do transporte rodoviário.

Isto posto, para efetiva superação desse cenário, surge a necessidade do processo de Recuperação Judicial, a fim de que as Recuperandas possa ajustar seu caixa, buscando equilíbrio financeiro exigido para pagamento de seus credores por meio de plano de reestruturação.

2.3 MEDIDAS ADOTADAS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE

Medidas adotadas:

As principais medidas imediatas que vêm sendo adotadas para a superação da crise informadas pelas Recuperandas são:

- Organização dos processos de forma a adotar uma gestão mais eficiente, eficaz e sem desperdício de tempo e insumos no processo de produção;
- Adoção de medidas para aumentar o valor da receita fixa, com a celebração de contratos de frete retorno "fixos" com clientes localizados na área de atuação de empresa;
- Reestruturação do fluxo de caixa;
- Reestruturação do planejamento tributário;
- Intensificação da negociação com os credores concursais de forma a buscar a aprovação do plano de recuperação judicial e, com os credores extraconcursais, de forma a conciliar o pagamento destes com aqueles.

Principais dificuldades enfrentadas:

As principais dificuldades enfrentadas pelas Recuperandas no período foram:

- Conforme já comunicado anteriormente, o Banco do Brasil S/A, realizou o bloqueio administrativo de valores existentes na conta corrente da Recuperanda;
- Credores de contratos com alienação fiduciária de veículos que procuram, de certa forma intimidar a empresa para que resolva o problema de forma imediata;
- Dificuldade de negociação com o Credor Fiduciário Banco Mercedes Benz, que mantém um veículo apreendido. A Recuperanda está em busca da mitigação do dano a ambas as partes por deixar o veículo parado, entretanto, está encontrando dificuldades em razão da política adotada pela referida instituição financeira;
- Falta de crédito no mercado;
- Dificuldade em compras pelos apontamentos e restrição no Serasa;
- Dificuldades em efetuar frete retorno de cargas de terceiros devido a existência de bloqueios Renajud sobre os veículos, havendo a negativa de contratação de alguns clientes por esta razão;
- Dificuldade na negociação do Plano de Recuperação Judicial em razão da falta de retorno/burocracia interna de algumas instituições financeiras;
- Bloqueios via convênio SISBAJUD realizado nas contas da empresa, fundamentado na cobrança de créditos extraconcursais;
- Realização de acordo com as instituições financeiras com a qual a Recuperanda possui contrato de alienação fiduciária de veículos (extraconcursal) esclarecendo que a única negociação pendente e solução é com o Banco Mercedes.

3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

- 3.1 ESTRUTURA SOCIETÁRIA
- 3.2 UNIDADES DE NEGÓCIO
- 3.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
- 3.4 PRINCIPAIS FORNECEDORES E CLIENTES
- 3.5 COLABORADORES



Informações Operacionais

Em relação ao quadro de funcionários, as Recuperandas demonstraram as variações compreendidas no período em análise, encerrando a competência com 46 funcionários ativos.

3.1 ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A seguir, apresenta-se quadro demonstrativo da composição societária das Recuperandas:

TALITA INDÚSTRIA DE FARINHAS LTDA

| Sócio | Nº de Quotas | Valor das Quotas (Em Reais) | Participação |
|-----------------------------------|------------------|-----------------------------|--------------|
| Kleber Luis Priamo & CIA LTDA | 500.000 | 500.000,00 | 50% |
| Maiko Kleverson Priamo & CIA LTDA | 500.000 | 500.000,00 | 50% |
| Total | 1.000.000 | 1.000,00 | 100% |

Fonte: Contrato Social e Alterações da Recuperanda

MOINHO TALITA LTDA

| Sócio | Nº de Quotas | Valor das Quotas (Em Reais) | Participação |
|-----------------------------------|---------------|-----------------------------|--------------|
| Kleber Luis Priamo & CIA LTDA | 25.000 | 25.000,00 | 50% |
| Maiko Kleverson Priamo & CIA LTDA | 25.000 | 25.000,00 | 50% |
| Total | 50.000 | 50.000,00 | 100% |

Fonte: Contrato Social e Alterações da Recuperanda

KLEBER LUIS PRIAMO & CIA LTDA

| Sócio | Nº de Quotas | Valor das Quotas (Em Reais) | Participação |
|------------------------|----------------|-----------------------------|--------------|
| Kleber Luis Priamo | 99.000 | 99.000,00 | 99% |
| Maiko Kleverson Priamo | 1.000 | 1.000,00 | 1% |
| Total | 100.000 | 100.000,00 | 100% |

Fonte: Contrato Social e Alterações da Recuperanda

MAIKO KLEVERSON PRIAMO & CIA LTDA

| Sócio | Nº de Quotas | Valor das Quotas (Em Reais) | Participação |
|------------------------|----------------|-----------------------------|--------------|
| Maiko Kleverson Priamo | 99.000 | 99.000,00 | 99% |
| Kleber Luis Priamo | 1.000 | 1.000,00 | 1% |
| Total | 100.000 | 100.000,00 | 100% |

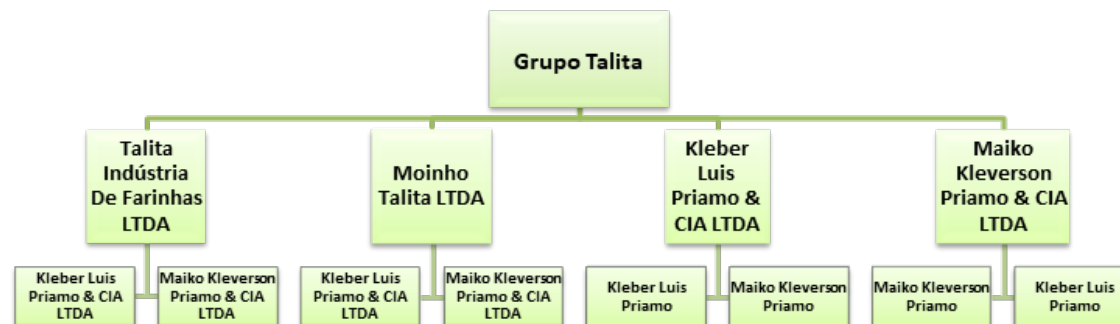
Fonte: Contrato Social e Alterações da Recuperanda



Informações Operacionais

Em relação ao quadro de funcionários, as Recuperandas demonstraram as variações compreendidas no período em análise, encerrando a competência com 46 funcionários ativos.

O Grupo Talita possui a seguinte estrutura societária:



3.2 UNIDADES DE NEGÓCIO

No que tange a estrutura organizacional, segue o apresentado pelas Recuperandas à esta Administradora Judicial:

| Razão Social | CNPJ/CPF | Localidade | Situação |
|-----------------------------------|--------------------|------------------------------|----------|
| Talita Indústria de Farinhas LTDA | 08.594.791/0001-37 | Santo Antônio do Sudoeste/PR | Ativa |
| Moinho Talita LTDA | 21.566.375/0001-93 | Dourados/MS | Ativa |
| Kleber Luis Priamo & CIA LTDA | 16.646.578/0001-50 | Santo Antônio do Sudoeste/PR | Ativa |
| Maiko Kleverson Priamo & CIA LTDA | 16.646.541/0001-21 | Santo Antônio do Sudoeste/PR | Ativa |

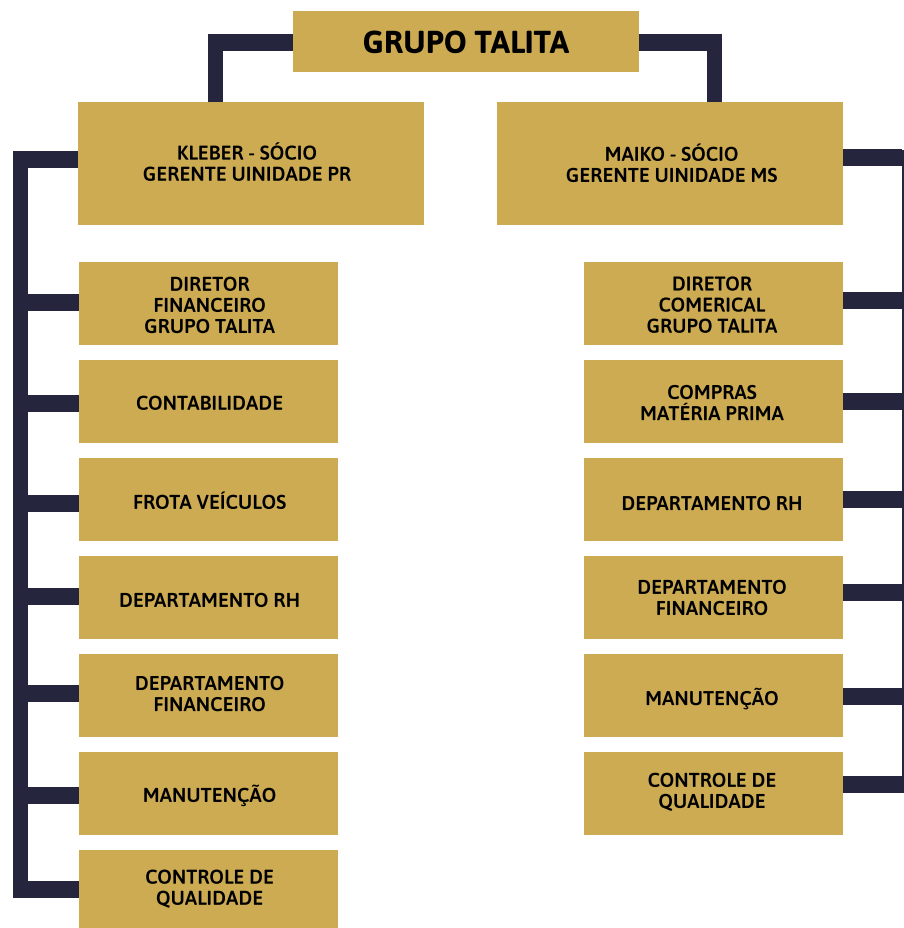


Informações Operacionais

Em relação ao quadro de funcionários, as Recuperandas demonstraram as variações compreendidas no período em análise, encerrando a competência com 46 funcionários ativos.

3.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

No que tange a estrutura organizacional, segue o apresentado pelas Recuperandas à esta Administradora Judicial:



Fonte: Contrato Social e Alterações da Recuperanda

Informações Operacionais

Em relação ao quadro de funcionários, as Recuperandas demonstraram as variações compreendidas no período em análise, encerrando a competência com 46 funcionários ativos.

3.4 PRINCIPAIS FORNECEDORES E CLIENTES

Os principais FORNECEDORES das Recuperandas no período foram:

| Razão Social / Nome | CNPJ / CPF |
|--|--------------------|
| Semalo Industria e Comercio De Alimentos LTDA | 36.804.268/0001-23 |
| Oliveira & Oliveira Com. e Ind. de Generos Alimentícios LTDA | 08.928.579/0001-69 |
| Prata Comercio de Cereais EIRELI | 34.239.902/0001-05 |
| Barão de Serro Azul Transp. LTDA | 31.332.176/0001-74 |
| Betel Comercio LTDA | 20.161.259/0001-21 |
| Bread Industria De Alimentos LTDA | 07.023.331/0001-96 |
| Vita Pão Comercio de Paes EIRELI | 35.785.187/0001-60 |
| FJN Fabricacao De Massas Congeladas EIRELI | 34.881.145/0001-60 |
| Pão Nostro Com. De Paes Ultracongelados EIRELI | 27.550.571/0001-56 |
| MC Industria e Com. de Paes, Bolos e Biscoitos EIRELI | 29.200.739/0001-29 |
| M M M Furlanetto Panificacao EIRELI | 23.189.591/0001-92 |
| Villeman - Industria De Produtos Alimentícios LTDA | 05.957.149/0001-87 |

Fonte: Informações obtidas com as Recuperandas

Os principais FORNECEDORES das Recuperandas no período foram:

| Razão Social / Nome | CNPJ / CPF |
|---|--------------------|
| Cooperativa Regional Auriverde | 83.731.927/0041-16 |
| Cooperativa Regional Itaipu | 83.220.723/0051-92 |
| Pamparafia Ind E Com De Embalagens Ltda | 07.944.839/0001-27 |
| Joviva Embalagens Eireli | 18.575.461/0001-58 |
| Comercio & Representações Gossler Ltda | 09.511.829/0001-23 |
| Uliplast Embalagens Ltda | 08.662.369/0001-71 |
| Comércio de Defensivos Codecruz Ltda | 78.804.499/0001-87 |
| Cooperativa Triticola Mista Campo Novo Ltda | 88.094.701/0035-27 |
| Peron Ferrari S/A | 77.879.971/0011-50 |
| Feghera E Silva Comercio De Cereais Ltda | 10.663.867/0001-80 |
| Procópio Industria E Comércio Ltda | 76.642.891/0001-41 |



Informações Operacionais

Em relação ao quadro de funcionários, as Recuperandas demonstraram as variações compreendidas no período em análise, encerrando a competência com 46 funcionários ativos.

| Razão Social / Nome | CNPJ / CPF |
|--|--------------------|
| Panda Comercio De Comb. E Serviços Ltda | 00.118.598/0008-94 |
| Auto Posto Macedao Ltda | 59.720.177/0001-05 |
| Plantar Comercio De Insumos Ltda | 77.615.128/0008-60 |
| Coasul Cooperativa Agroindustrial | 79.863.569/0028-50 |
| Comercial Agrícola Ccpran Ltda | 05.942.733/0001-69 |
| Morixe Hermanos Soc. Anon. Comer. Industrial | Argentina |
| Molino Victoria S.A | Argentina |

Fonte: Informações obtidas com as Recuperandas

3.5 COLABORADORES

As Recuperandas apresentaram a posição do quadro funcional referente ao mês de junho de 2023, apresentando variação positiva de **4,55%** na posição de colaboradores, conforme apresentado no gráfico seguinte:

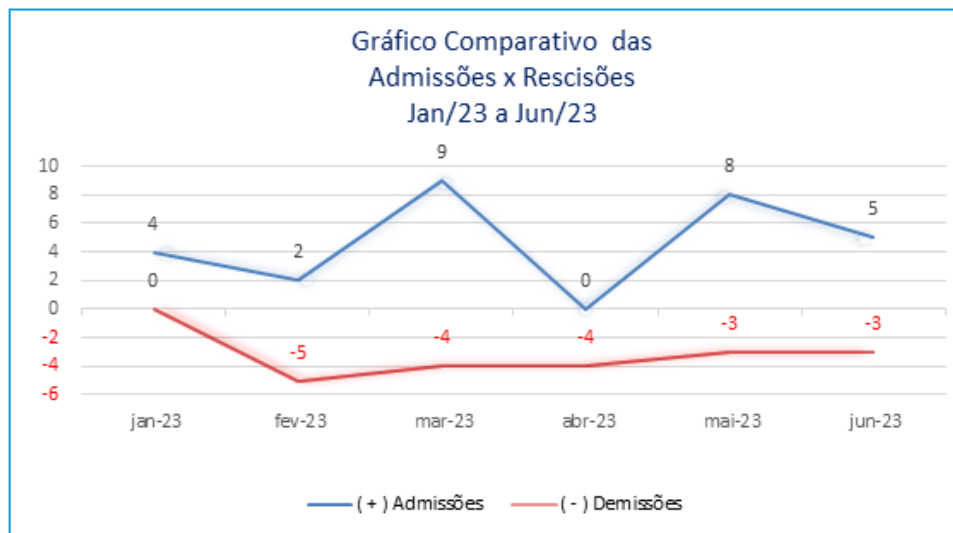
| FUNCIONÁRIOS | Mai-23 | Jun-23 |
|--------------------|--------|--------|
| Quantidade Inicial | 39 | 44 |
| (+) Admissões | 8 | 5 |
| (-) Demissões | -3 | -3 |
| Quantidade Final | 44 | 46 |
| Variação | | 4,55% |

Fonte: GRUPO TALITA – Junho de 2023.



Informações Operacionais

Em relação ao quadro de funcionários, as Recuperandas demonstraram as variações compreendidas no período em análise, encerrando a competência com 46 funcionários ativos.

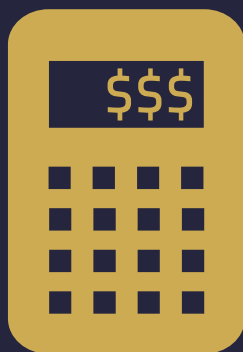


Fonte: Grupo Talita – Junho de 2023.



4. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

- 4.1 BALANÇO PATRIMONIAL
- 4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO
- 4.3 ATIVO IMOBILIZADO
- 4.4 ÍNDICES FINANCEIROS



Informações Financeiras

No mês em apreço, as Recuperandas demonstraram redução de **40,20%** nos **Empréstimos e Financiamentos**, relativo a baixa de **85%** em **Cheques a Compensar**, além de apresentar a variação de **-219%** em **Lucros ou Prejuízos Acumulados** mediante registro do **Prejuízo no Exercício**. Em relação ao resultado, verifica-se aumento de **75,40%** nas **Despesas Administrativas**, principalmente pela variação de **+652%** em **Material de Limpeza/Copa/Cozinha**, registrando **R\$ 21,573 mil** contra **R\$ 2,868 mil** na competência anterior. Houve, também, a contabilização da provisão de **Contribuição Social e Imposto de Renda**, ocorrida trimestralmente. Em suma, somando a baixa nas receitas operacionais e o montante das despesas do exercício, as Recuperandas auferiram Prejuízo no exercício, reduzindo em **206,81%** seu resultado em comparação a competência anterior.

4.1 BALANÇO PATRIMONIAL

Apresenta-se a posição patrimonial consolidada das Recuperandas do mês de junho de 2023. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

| GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$) | Mai-23 | Jun-23 | Variação | Ref. |
|---------------------------------------|----------------------|----------------------|---------------|----------|
| ATIVO | | | | |
| Circulante | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 4.180.930,56 | 4.409.748,59 | 5,47% | |
| Créditos | 14.045.843,95 | 15.781.339,27 | 12,36% | |
| Estoques | 19.307.208,28 | 18.720.930,12 | -3,04% | |
| | 37.533.982,79 | 38.912.017,98 | 3,67% | |
| Não Circulante | | | | |
| Valores Realizáveis a Longo Prazo | 9.062.997,30 | 9.002.999,82 | -0,66% | |
| Investimentos | 45.591,50 | 45.591,50 | 0,00% | |
| Imobilizado | 15.397.932,56 | 14.979.821,83 | -2,72% | a |
| Intangível | 1.418,96 | 1.418,96 | 0,00% | |
| | 24.507.940,32 | 24.029.832,11 | -1,95% | |
| TOTAL DO ATIVO | 62.041.923,11 | 62.941.850,09 | 1,45% | |



Informações Financeiras

No mês em apreço, as Recuperandas demonstraram redução de **40,20%** nos **Empréstimos e Financiamentos**, relativo a baixa de **85%** em **Cheques a Compensar**, além de apresentar a variação de **-219%** em **Lucros ou Prejuízos Acumulados** mediante registro do **Prejuízo no Exercício**. Em relação ao resultado, verifica-se aumento de **75,40%** nas **Despesas Administrativas**, principalmente pela variação de **+652%** em **Material de Limpeza/Copa/Cozinha**, registrando **R\$ 21,573 mil** contra **R\$ 2,868 mil** na competência anterior. Houve, também, a contabilização da provisão de **Contribuição Social e Imposto de Renda**, ocorrida trimestralmente. Em suma, somando a baixa nas receitas operacionais e o montante das despesas do exercício, as Recuperandas auferiram Prejuízo no exercício, reduzindo em **206,81%** seu resultado em comparação a competência anterior.

| GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$) | Mai-23 | Jun-23 | Variação | Ref. |
|---------------------------------------|----------------------|----------------------|---------------|----------|
| PASSIVO | | | | |
| Circulante | | | | |
| Empréstimos e Financiamentos | 167.937,03 | 100.423,41 | -40,20% | b |
| Obrigações a Curto prazo | 7.232.260,06 | 8.862.994,29 | 22,55% | |
| | 7.400.197,09 | 8.963.417,70 | 21,12% | |
| Não Circulante | | | | |
| Valores Exigíveis a Longo Prazo | 12.126.895,59 | 11.910.768,98 | -1,78% | |
| Valores Exigíveis a Longo Prazo - RJ | 32.979.067,39 | 32.979.067,39 | 0,00% | |
| | 45.105.962,98 | 44.889.836,37 | -0,48% | |
| Patrimônio Líquido | | | | |
| Capital Social Subscrito | 1.050.000,00 | 1.050.000,00 | 0,00% | |
| Reserva de Lucros | 1.109.806,62 | 1.109.806,62 | 0,00% | |
| Reserva de Reavaliação Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 0,00% | |
| Reserva de Incentivos Fiscais | 7.171.770,71 | 7.171.770,71 | 0,00% | |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | 204.185,71 | -242.981,31 | -219,00% | c |
| | 9.535.763,04 | 9.088.596,02 | -4,69% | |
| TOTAL DO PASSIVO | 62.041.923,11 | 62.941.850,09 | 1,45% | |

Informações Financeiras

No mês em apreço, as Recuperandas demonstraram redução de **40,20%** nos **Empréstimos e Financiamentos**, relativo a baixa de **85%** em **Cheques a Compensar**, além de apresentar a variação de **-219%** em **Lucros ou Prejuízos Acumulados** mediante registro do **Prejuízo no Exercício**. Em relação ao resultado, verifica-se aumento de **75,40%** nas **Despesas Administrativas**, principalmente pela variação de **+652%** em **Material de Limpeza/Copa/Cozinha**, registrando **R\$ 21,573 mil** contra **R\$ 2,868 mil** na competência anterior. Houve, também, a contabilização da provisão de **Contribuição Social e Imposto de Renda**, ocorrida trimestralmente. Em suma, somando a baixa nas receitas operacionais e o montante das despesas do exercício, as Recuperandas auferiram Prejuízo no exercício, reduzindo em **206,81%** seu resultado em comparação a competência anterior.

4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) consolidada, foi elaborada com base no balancete dos saldos mensais de junho/2023, fornecido pelas Recuperandas. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO | Mai-23 | Jun-23 | Variação | Ref. |
|---|----------------------|----------------------|-----------------|----------|
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 9.626.171,91 | 8.293.857,81 | -13,84% | |
| OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00% | |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA | -1.180.553,07 | -1.108.207,22 | -6,13% | |
| CANCELAMENTOS E DEVOLUÇÕES | -27.485,93 | -27.920,68 | 1,58% | |
| IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS | -1.153.067,14 | -1.080.286,54 | -6,31% | |
| (=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA | 8.445.618,84 | 7.185.650,59 | -14,92% | |
| (-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS | -6.332.428,21 | -5.747.063,49 | -9,24% | |
| (=) LUCRO BRUTO | 2.113.190,63 | 1.438.587,10 | -31,92% | |
| (+/-) CUSTOS E DESPESAS | -1.788.143,32 | -1.771.835,52 | -0,91% | |
| PESSOAL | -420.683,29 | -469.830,93 | 11,68% | |
| OPERACIONAIS | -1.201.728,16 | -1.138.042,92 | -5,30% | |
| ADMINISTRATIVAS | -61.285,20 | -107.494,70 | 75,40% | d |
| TRIBUTÁRIAS | -4.029,75 | -4.226,65 | 4,89% | |
| RESULTADO FINANCEIRO | -100.416,92 | -52.240,32 | -47,98% | e |
| (=) LUCRO OPERACIONAL LIQUIDO | 325.047,31 | -333.248,42 | -202,52% | |
| OUTRAS RECEITAS E DESPESAS | 0,00 | 0,00 | 0,00% | |
| (=) RESULTADO ANTES DA CSLL E IRPJ | 325.047,31 | -333.248,42 | -202,52% | |
| PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 0,00 | -5.224,44 | Erro | f |
| PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA | 0,00 | -8.707,40 | Erro | g |
| (=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 325.047,31 | -347.180,26 | -206,81% | |



Informações Financeiras

No mês em apreço, as Recuperandas demonstraram redução de **40,20%** nos **Empréstimos e Financiamentos**, relativo a baixa de **85%** em **Cheques a Compensar**, além de apresentar a variação de **-219%** em **Lucros ou Prejuízos Acumulados** mediante registro do **Prejuízo no Exercício**. Em relação ao resultado, verifica-se aumento de **75,40%** nas **Despesas Administrativas**, principalmente pela variação de **+652%** em **Material de Limpeza/Copa/Cozinha**, registrando **R\$ 21,573 mil** contra **R\$ 2,868 mil** na competência anterior. Houve, também, a contabilização da provisão de **Contribuição Social e Imposto de Renda**, ocorrida trimestralmente. Em suma, somando a baixa nas receitas operacionais e o montante das despesas do exercício, as Recuperandas auferiram Prejuízo no exercício, reduzindo em **206,81%** seu resultado em comparação a competência anterior.

Notas:

- a) As Recuperandas demonstraram redução de **2,72%** no **Ativo Imobilizado** decorrente a depreciação mensal dos bens;
- b) Verifica-se a redução de **40,20%** nos **Empréstimos e Financiamentos**, registrando saldo de **R\$ 8,953 milhão** contra **R\$ 7,400 milhão**, relativo à baixa de **Cheques a Compensar**, qual registrou variação de **-85%**;
- c) Redução apresentada em **219%** na conta de **Lucros ou Prejuízos Acumulados**, verificado pelo registro de **Prejuízo no Exercício**;
- d) As **Despesas Administrativas** variaram **75,40%**, principalmente pelo aumento de **652%** verificado em **Material de Limpeza/Copa/Cozinha**, registrando **R\$ 21,573 mil** contra **R\$ 2,868 mil** na competência anterior;
- e) Nota-se redução de **48%** no **Resultado Financeiro**, composto da redução de **12%** em **Receitas Financeiras** e **38%** em **Despesas Financeiras**, resultante em especial pela baixa no saldo de **Descontos Obtidos (95%)** e **Juros Pagos a Fornecedores (90%)**;
- f) Contabilização da provisão de **Contribuição Social e Imposto de Renda** ocorrida trimestralmente.



Informações Financeiras

No mês em apreço, as Recuperandas demonstraram redução de **40,20%** nos **Empréstimos e Financiamentos**, relativo a baixa de **85%** em **Cheques a Compensar**, além de apresentar a variação de **-219%** em **Lucros ou Prejuízos Acumulados** mediante registro do **Prejuízo no Exercício**. Em relação ao resultado, verifica-se aumento de **75,40%** nas **Despesas Administrativas**, principalmente pela variação de **+652%** em **Material de Limpeza/Copa/Cozinha**, registrando **R\$ 21,573 mil** contra **R\$ 2,868 mil** na competência anterior. Houve, também, a contabilização da provisão de **Contribuição Social e Imposto de Renda**, ocorrida trimestralmente. Em suma, somando a baixa nas receitas operacionais e o montante das despesas do exercício, as Recuperandas auferiram Prejuízo no exercício, reduzindo em **206,81%** seu resultado em comparação a competência anterior.

4.3 ATIVO IMOBILIZADO

Complementar as informações apresentadas no item anterior, apresenta-se a seguir a posição consolidada do Imobilizado das Recuperandas em **30/06/2023**, demonstrada de forma analítica.

ATIVO IMOBILIZADO DO GRUPO TALITA EM 30/06/2023

| GRUPO | DESCRIÇÃO | SALDO ANTERIOR | DÉBITO | CRÉDITO | SALDO ATUAL |
|--|--|----------------|--------|-------------|----------------|
| IMOBILIZADO | Veículos | 17.429.616,01 | 0,00 | 0,00 | 17.429.616,01 |
| | Terrenos | 64.187,00 | 0,00 | 0,00 | 64.187,00 |
| | Edifícios/Instalações Industriais | 832.358,78 | 0,00 | 0,00 | 832.358,78 |
| | Móveis e Utensílios | 123.120,07 | 0,00 | 0,00 | 123.120,07 |
| | Máquinas e Equipamentos Fábrica | 8.364.311,23 | 0,00 | 0,00 | 8.364.311,23 |
| | Imobilizado em Andamento - Construções | 324.363,46 | 0,00 | 0,00 | 324.363,46 |
| Total BENS EM OPERAÇÃO | | 27.137.956,55 | 0,00 | 0,00 | 27.137.956,55 |
| GRUPO | DESCRIÇÃO | SALDO ANTERIOR | DÉBITO | CRÉDITO | SALDO ATUAL |
| IMOBILIZADO | (-) Depreciação acumulada s/ inst. Industriais | -55.499,22 | 0,00 | -5.252,79 | -60.752,01 |
| | (-) Depreciação acum. s/ moveis e utensílios | -480.786,17 | 0,00 | -689,39 | -481.475,56 |
| | (-) Depreciação acum. s/ veículos | -8.586.376,13 | 0,00 | -346.631,41 | -8.933.007,54 |
| | (-) Depreciação acum. s/ máq. e equipamentos | -2.617.362,47 | 0,00 | -65.537,14 | -2.682.899,61 |
| Total (-) DEPRECIACÃO OU AMORTIZAÇÃO ACUMULADA | | -11.740.023,99 | 0,00 | -418.110,73 | -12.158.134,72 |
| TOTAL ATIVO IMOBILIZADO | | 15.397.932,56 | 0,00 | -418.110,73 | 14.979.821,83 |

Fonte: Posição elaborada pelo GRUPO TALITA em 30/06/2023 – Balancete Contábil



Informações Financeiras

No mês em apreço, as Recuperandas demonstraram redução de **40,20%** nos **Empréstimos e Financiamentos**, relativo a baixa de **85%** em **Cheques a Compensar**, além de apresentar a variação de **-219%** em **Lucros ou Prejuízos Acumulados** mediante registro do **Prejuízo no Exercício**. Em relação ao resultado, verifica-se aumento de **75,40%** nas **Despesas Administrativas**, principalmente pela variação de **+652%** em **Material de Limpeza/Copa/Cozinha**, registrando **R\$ 21,573 mil** contra **R\$ 2,868 mil** na competência anterior. Houve, também, a contabilização da provisão de **Contribuição Social e Imposto de Renda**, ocorrida trimestralmente. Em suma, somando a baixa nas receitas operacionais e o montante das despesas do exercício, as Recuperandas auferiram Prejuízo no exercício, reduzindo em **206,81%** seu resultado em comparação a competência anterior.

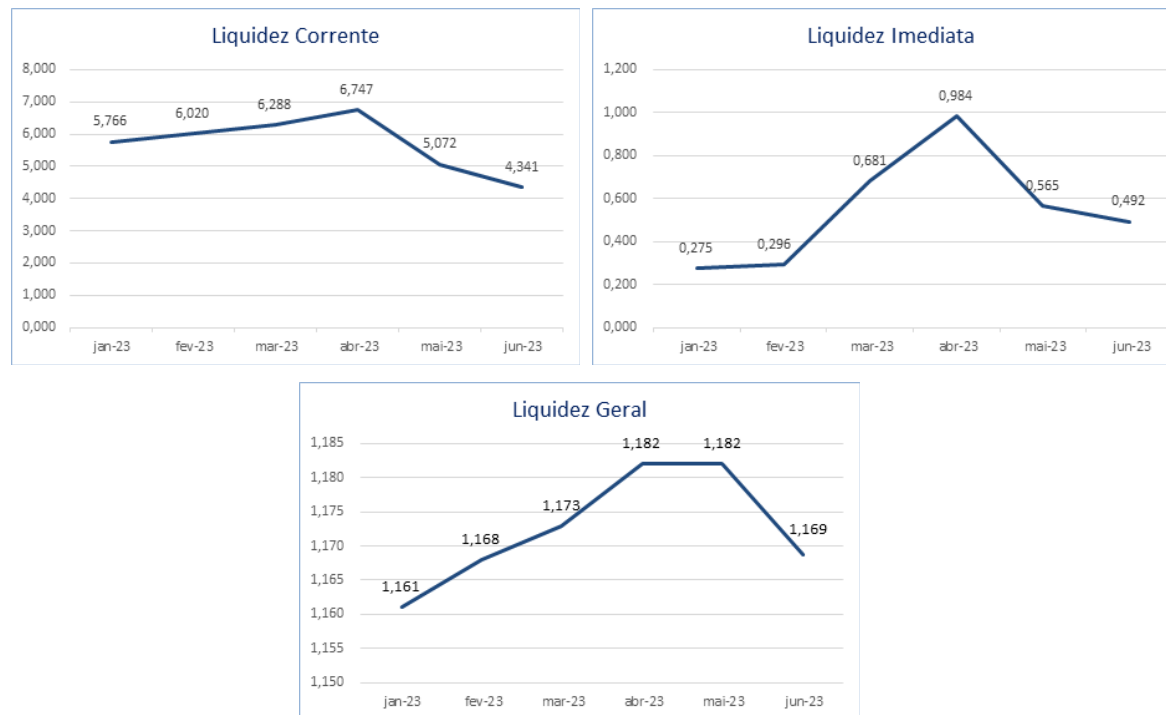
4.4 ÍNDICES FINANCEIROS

Quanto aos índices financeiros, verificaram-se alguns índices obtidos com base nos demonstrativos contábeis consolidados apresentados pelo escritório responsável pela contabilidade das Recuperandas, na data base 30/06/2023. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

| Índices de Liquidez | | | | | |
|-------------------------|-------------------------------------|---------------|--------|---------------|--------|
| INDICADORES FINANCEIROS | FÓRMULA | Mai-23 | Índice | Jun-23 | Índice |
| Liquidez Corrente | Ativo Circulante | 37.533.982,79 | 5,072 | 38.912.017,98 | 4,341 |
| | Passivo Circulante | 7.400.197,09 | | 8.963.417,70 | |
| Liquidez Imediata | Ativo Disponível | 4.180.930,56 | 0,565 | 4.409.748,59 | 0,492 |
| | Passivo Circulante | 7.400.197,09 | | 8.963.417,70 | |
| Liquidez Geral | Ativo Circulante + Não Circulante | 62.041.923,11 | 1,182 | 62.941.850,09 | 1,169 |
| | Passivo Circulante + Não Circulante | 52.506.160,07 | | 53.853.254,07 | |

Informações Financeiras

No mês em apreço, as Recuperandas demonstraram redução de **40,20%** nos **Empréstimos e Financiamentos**, relativo a baixa de **85%** em **Cheques a Compensar**, além de apresentar a variação de **-219%** em **Lucros ou Prejuízos Acumulados** mediante registro do **Prejuízo no Exercício**. Em relação ao resultado, verifica-se aumento de **75,40%** nas **Despesas Administrativas**, principalmente pela variação de **+652%** em **Material de Limpeza/Copa/Cozinha**, registrando **R\$ 21,573 mil** contra **R\$ 2,868 mil** na competência anterior. Houve, também, a contabilização da provisão de **Contribuição Social e Imposto de Renda**, ocorrida trimestralmente. Em suma, somando a baixa nas receitas operacionais e o montante das despesas do exercício, as Recuperandas auferiram Prejuízo no exercício, reduzindo em **206,81%** seu resultado em comparação a competência anterior.



O índice de **liquidez corrente** é o melhor indicador de solvência de curto prazo, pois revela a proteção dos credores em curto prazo por ativos, onde há uma expectativa que estes possam ser convertidos em dinheiro rapidamente.

O índice de **liquidez geral** é um indicador de solvência tanto de curto prazo quanto de longo prazo.

O índice de **liquidez imediata** é uma variação dos índices anteriores, porém, considera-se somente o quanto a empresa tem de dinheiro no curtíssimo prazo, como caixa, saldos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, como CDBs sem carência e fundos de investimentos com resgate de cotas de D+0.

As Recuperandas apresentaram as seguintes variações nos seus índices: **Liquidez Corrente (-14,41%)**; **Liquidez Imediata (-12,92%)** e **Liquidez Geral (-1,09%)**.

Apesar dos índices apresentarem uma baixa nesta competência, as Recuperandas ainda possuem a capacidade de quitar suas dívidas a prazo curto e longo, apenas não a prazo imediato, demonstrando uma liquidez positiva e capacidade de solvência.

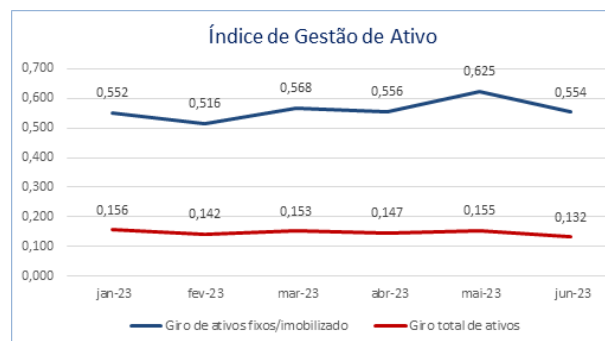


Informações Financeiras

No mês em apreço, as Recuperandas demonstraram redução de **40,20%** nos **Empréstimos e Financiamentos**, relativo a baixa de **85%** em **Cheques a Compensar**, além de apresentar a variação de **-219%** em **Lucros ou Prejuízos Acumulados** mediante registro do **Prejuízo no Exercício**. Em relação ao resultado, verifica-se aumento de **75,40%** nas **Despesas Administrativas**, principalmente pela variação de **+652%** em **Material de Limpeza/Copa/Cozinha**, registrando **R\$ 21,573 mil** contra **R\$ 2,868 mil** na competência anterior. Houve, também, a contabilização da provisão de **Contribuição Social e Imposto de Renda**, ocorrida trimestralmente. Em suma, somando a baixa nas receitas operacionais e o montante das despesas do exercício, as Recuperandas auferiram Prejuízo no exercício, reduzindo em **206,81%** seu resultado em comparação a competência anterior.

Índices de Gestão de Ativo

| INDICADORES FINANCEIROS | FÓRMULA | Mai-23 | Índice | Jun-23 | Índice |
|--|-------------------|---------------|--------|---------------|--------|
| Índice de giro de ativos fixos/imobilizado | Receitas | 9.626.171,91 | 0,625 | 8.293.857,81 | 0,554 |
| | Ativo Imobilizado | 15.397.932,56 | | 14.979.821,83 | |
| Índice de giro total de ativos | Receitas | 9.626.171,91 | 0,155 | 8.293.857,81 | 0,132 |
| | Ativo | 62.041.923,11 | | 62.941.850,09 | |



O índice de **giro de ativos** imobilizados mede a eficiência da empresa em relação ao uso de seu imobilizado. Ela indica como a empresa está usando seus ativos fixos, isto é, suas máquinas e equipamentos.

O índice de **giro do total de ativos** mede a eficiência com a qual a empresa utiliza todos seus ativos para gerar receitas. Ele indica o faturamento da empresa em comparação com o crescimento do ativo.

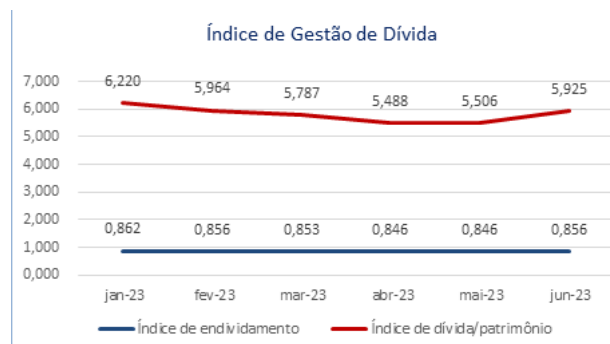
As Recuperandas apresentaram as seguintes variações nos seus índices: **Giro Total de Ativos Fixos/Imobilizado (-11,44%)** e **Giro Total de Ativos (-15,07%)**.

Os ativos imobilizados e totais das Recuperandas são superiores as receitas auferidas no mês, por conta de as receitas terem apresentado uma redução, os índices também decaíram

Informações Financeiras

No mês em apreço, as Recuperandas demonstraram redução de **40,20%** nos **Empréstimos e Financiamentos**, relativo a baixa de **85%** em **Cheques a Compensar**, além de apresentar a variação de **-219%** em **Lucros ou Prejuízos Acumulados** mediante registro do **Prejuízo no Exercício**. Em relação ao resultado, verifica-se aumento de **75,40%** nas **Despesas Administrativas**, principalmente pela variação de **+652%** em **Material de Limpeza/Copa/Cozinha**, registrando **R\$ 21,573 mil** contra **R\$ 2,868 mil** na competência anterior. Houve, também, a contabilização da provisão de **Contribuição Social e Imposto de Renda**, ocorrida trimestralmente. Em suma, somando a baixa nas receitas operacionais e o montante das despesas do exercício, as Recuperandas auferiram Prejuízo no exercício, reduzindo em **206,81%** seu resultado em comparação a competência anterior.

| Índices de Gestão de Dívida | | | | | |
|-----------------------------|--------------------------|---------------|--------|---------------|--------|
| INDICADORES FINANCEIROS | FÓRMULA | Mai-23 | Índice | Jun-23 | Índice |
| Índice de endividamento | Passivo Circulante + ELP | 52.506.160,07 | 0,846 | 53.853.254,07 | 0,856 |
| | Ativo | 62.041.923,11 | | 62.941.850,09 | |
| Índice de dívida/patrimônio | Passivo Circulante + ELP | 52.506.160,07 | 5,506 | 53.853.254,07 | 5,925 |
| | Patrimônio Líquido | 9.535.763,04 | | 9.088.596,02 | |



O índice de endividamento, também chamado de índice de endividamento total, é a relação entre o total de ativos e o total de passivos. Descrito em porcentagem, ele mede o percentual de fundos gerados pelos passivos circulantes e dívidas de longo prazo.

O índice de dívida/patrimônio informa quanto de patrimônio líquido a empresa tem para cada R\$ 1 de dívida. Esse índice tem a mesma finalidade que o índice de endividamento, porém, mostrado em moeda e não em percentual.

Verifica-se estabilidade nos índices de **Endividamento** nos últimos meses e, quando comparado os meses de maio e junho/2023, verifica-se aumento de **1,10%**.

Da mesma forma o Índice de **Dívida/Patrimônio** apresentou a variação de **7,61%**, demonstrando um aumento do passivo em relação a redução do Patrimônio Líquido das Recuperandas.



Informações Financeiras

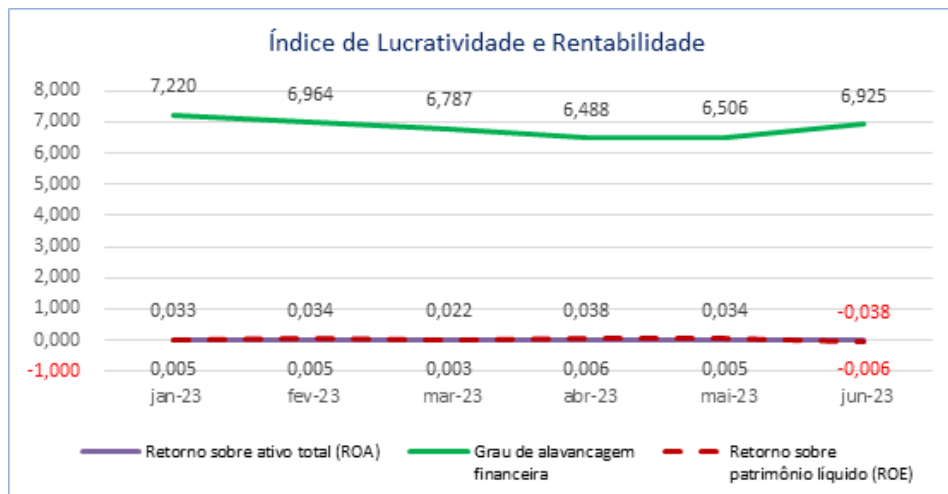
No mês em apreço, as Recuperandas demonstraram redução de **40,20%** nos **Empréstimos e Financiamentos**, relativo a baixa de **85%** em **Cheques a Compensar**, além de apresentar a variação de **-219%** em **Lucros ou Prejuízos Acumulados** mediante registro do **Prejuízo no Exercício**. Em relação ao resultado, verifica-se aumento de **75,40%** nas **Despesas Administrativas**, principalmente pela variação de **+652%** em **Material de Limpeza/Copa/Cozinha**, registrando **R\$ 21,573 mil** contra **R\$ 2,868 mil** na competência anterior. Houve, também, a contabilização da provisão de **Contribuição Social e Imposto de Renda**, ocorrida trimestralmente. Em suma, somando a baixa nas receitas operacionais e o montante das despesas do exercício, as Recuperandas auferiram Prejuízo no exercício, reduzindo em **206,81%** seu resultado em comparação a competência anterior.

| Índices de Lucratividade e Rentabilidade | | | | | |
|---|-----------------------------|---------------|--------|---------------|--------|
| INDICADORES FINANCEIROS | FÓRMULA | Mai-23 | Índice | Jun-23 | Índice |
| Margem de Lucro Líquido | Lucro Líquido | 325.047,31 | 0,034 | -347.180,26 | -0,042 |
| | Receita de Vendas | 9.626.171,91 | | 8.293.857,81 | |
| Margem de Lucro Operacional | Lucro Operacional | 325.047,31 | 0,034 | -333.248,42 | -0,040 |
| | Receita de Vendas | 9.626.171,91 | | 8.293.857,81 | |
| Margem de Lucro Bruto | Lucro Bruto | 2.113.190,63 | 0,250 | 1.438.587,10 | 0,200 |
| | Receita Operacional Líquida | 8.445.618,84 | | 7.185.650,59 | |
| Índice de Receita Operacional/Total de Ativos | Lucro Operacional | 325.047,31 | 0,005 | -333.248,42 | -0,005 |
| | Ativo | 62.041.923,11 | | 62.941.850,09 | |
| Retorno sobre Ativo Total (ROA) | Lucro Líquido | 325.047,31 | 0,005 | -347.180,26 | -0,006 |
| | Ativo | 62.041.923,11 | | 62.941.850,09 | |
| Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE) | Lucro Líquido | 325.047,31 | 0,034 | -347.180,26 | -0,038 |
| | Patrimônio Líquido | 9.535.763,04 | | 9.088.596,02 | |
| Grau de Alavancagem Financeira | ROE | 0,034 | 6,506 | -0,038 | 6,925 |
| | ROA | 0,005 | | -0,006 | |



Informações Financeiras

No mês em apreço, as Recuperandas demonstraram redução de **40,20%** nos **Empréstimos e Financiamentos**, relativo a baixa de **85%** em **Cheques a Compensar**, além de apresentar a variação de **-219%** em **Lucros ou Prejuízos Acumulados** mediante registro do **Prejuízo no Exercício**. Em relação ao resultado, verifica-se aumento de **75,40%** nas **Despesas Administrativas**, principalmente pela variação de **+652%** em **Material de Limpeza/Copa/Cozinha**, registrando **R\$ 21,573 mil** contra **R\$ 2,868 mil** na competência anterior. Houve, também, a contabilização da provisão de **Contribuição Social e Imposto de Renda**, ocorrida trimestralmente. Em suma, somando a baixa nas receitas operacionais e o montante das despesas do exercício, as Recuperandas auferiram Prejuízo no exercício, reduzindo em **206,81%** seu resultado em comparação a competência anterior.



O **retorno sobre o ativo total** (em inglês, Return on Asset – ROA) também conhecido como retorno sobre o investimento, mede o retorno sobre o ativo total depois de juros e impostos. Este índice é considerado um dos mais importantes, pois indica a lucratividade da empresa em relação aos investimentos totais, representados pelo ativo total médio.

O **retorno sobre o patrimônio líquido** (em inglês, Return on Equity – ROE), indica quanto de prêmio os acionistas e proprietários estão obtendo em relação aos seus investimentos na empresa, isto é, o patrimônio líquido.

O **grau de alavancagem financeira** (GAF) é um importante indicador do grau de risco do qual a empresa está submetida, isto é, se há presença de capital de terceiros de longo prazo na estrutura de capital, identificando se a empresa está alavancada ou não.

Avaliando os índices de lucratividade e rentabilidade das Recuperandas, no mês de junho/2023, verifica-se uma piora nos resultados apresentados em comparação as competências anteriores, uma vez que as empresas passaram a auferir prejuízo neste exercício.



Informações Financeiras

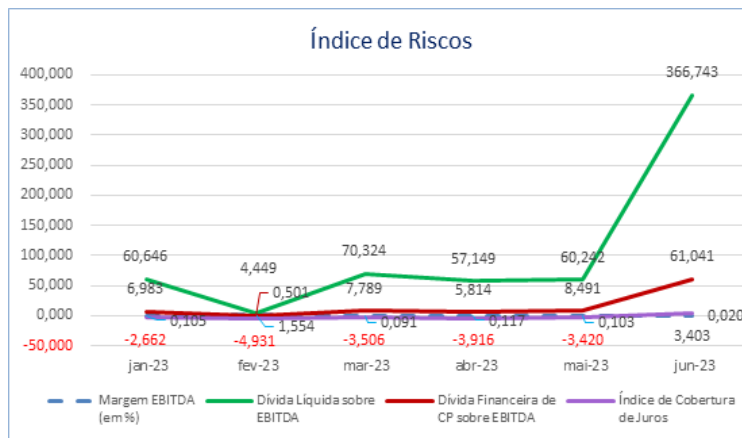
No mês em apreço, as Recuperandas demonstraram redução de **40,20%** nos **Empréstimos e Financiamentos**, relativo a baixa de **85%** em **Cheques a Compensar**, além de apresentar a variação de **-219%** em **Lucros ou Prejuízos Acumulados** mediante registro do **Prejuízo no Exercício**. Em relação ao resultado, verifica-se aumento de **75,40%** nas **Despesas Administrativas**, principalmente pela variação de **+652%** em **Material de Limpeza/Copa/Cozinha**, registrando **R\$ 21,573 mil** contra **R\$ 2,868 mil** na competência anterior. Houve, também, a contabilização da provisão de **Contribuição Social e Imposto de Renda**, ocorrida trimestralmente. Em suma, somando a baixa nas receitas operacionais e o montante das despesas do exercício, as Recuperandas auferiram Prejuízo no exercício, reduzindo em **206,81%** seu resultado em comparação a competência anterior.

| Índice de Riscos | | | | | |
|--------------------------------------|---------------------------|---------------|--------|---------------|---------|
| INDICADORES FINANCEIROS | FÓRMULA | Mai-23 | Índice | Jun-23 | Índice |
| Margem EBITDA (em %) | EBITDA | 871.582,24 | 0,103 | 146.842,05 | 0,020 |
| | Receita Líquida | 8.445.618,84 | | 7.185.650,59 | |
| Dívida Líquida sobre EBITDA | Dívida Financeira Líquida | 52.506.160,07 | 60,242 | 53.853.254,07 | 366,743 |
| | EBITDA | 871.582,24 | | 146.842,05 | |
| Dívida Financeira de CP sobre EBITDA | Dívida Financeira de CP | 7.400.197,09 | 8,491 | 8.963.417,70 | 61,041 |
| | EBITDA | 871.582,24 | | 146.842,05 | |
| Índice de Cobertura de Juros | EBIT | 459.354,82 | -3,420 | -268.324,38 | 3,403 |
| | Pagamento de Juros | -134.307,51 | | -78.855,88 | |



Informações Financeiras

No mês em apreço, as Recuperandas demonstraram redução de **40,20%** nos **Empréstimos e Financiamentos**, relativo a baixa de **85%** em **Cheques a Compensar**, além de apresentar a variação de **-219%** em **Lucros ou Prejuízos Acumulados** mediante registro do **Prejuízo no Exercício**. Em relação ao resultado, verifica-se aumento de **75,40%** nas **Despesas Administrativas**, principalmente pela variação de **+652%** em **Material de Limpeza/Copa/Cozinha**, registrando **R\$ 21,573 mil** contra **R\$ 2,868 mil** na competência anterior. Houve, também, a contabilização da provisão de **Contribuição Social e Imposto de Renda**, ocorrida trimestralmente. Em suma, somando a baixa nas receitas operacionais e o montante das despesas do exercício, as Recuperandas auferiram Prejuízo no exercício, reduzindo em **206,81%** seu resultado em comparação a competência anterior.



Margem EBITDA (em %): Mede a capacidade da empresa em gerar caixa operacional em função de sua capacidade de venda. Quanto maior, melhor.

Dívida Líquida sobre EBITDA: Destaca o valor da dívida da empresa em função de sua geração de caixa. Em empresas saudáveis esse índice não passa de três ou quatro vezes. Quanto maior, pior.

Dívida Financeira de CP sobre EBITDA: Destaca o valor da dívida financeira de curto prazo da empresa em função de sua capacidade de geração de caixa. Quanto maior, pior.

Índice de Cobertura de Juros: Avalia a capacidade da empresa em remunerar, em termos de caixa, seus credores com os recursos proveniente de seus ativos operacionais. Quanto maior, melhor.

No mês de junho/2023 nota-se que os resultados dos índices que relacionam as dívidas com o EBITDA das Recuperandas foram superiores a competência anterior, isto ocorre por conta de as empresas terem auferido prejuízo neste exercício.



5. ENDIVIDAMENTO

5.1 CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

5.2 CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Endividamento

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, as Recuperandas apresentaram, no mov. 8.1, a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, tendo sido apresentada a relação da AJ, nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, ao mov. 118.2. Quanto aos créditos não concursais, informou a existência de débitos tributários/previdenciários.

5.1 CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, as Recuperandas apresentaram, no mov. 8.1, a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfaz o montante total de **R\$ 47.385.814,23 (quarenta e sete milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e quatorze reais e vinte e três centavos)**. A seguir, apresenta-se a composição do crédito concursal da relação por classe de credores:

No mov. 118.2, a Administradora Judicial apresentou a Relação de Credores elaborada nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, na qual perfaz o importe de **R\$ 19.035.610,81 (dezenove milhões trinta e cinco mil seiscentos e dez reais e oitenta e um centavos)**, pendendo, ainda, homologação pelo d. juízo.

Após comunicação de cessão de crédito, aos movs. 230 e 243, deferida pelo juízo ao mov. 235 e 248, esta Administradora Judicial comunicou a retificação, alterando, apenas, o número de credores da Classe III – Créditos Quirografários, mantendo-se o valor total do passivo.

A seguir, apresenta-se a composição do crédito concursal das duas relações por classe de credores, atualizado:

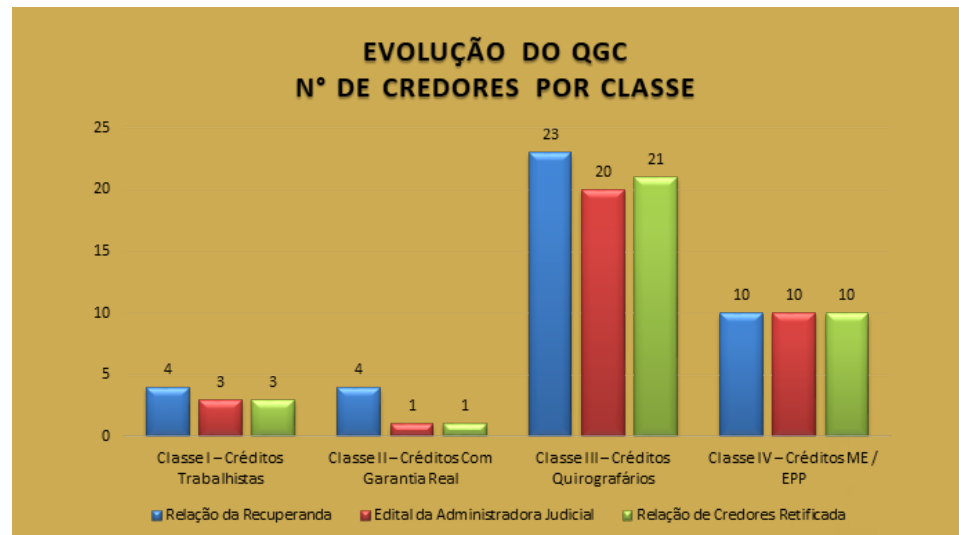
| Classe | Moeda | Edital das Recuperandas | | Edital da Administradora Judicial | | Relação de Credores Retificada | | Variação | |
|--|-------|-------------------------|----------------------|-----------------------------------|----------------------|--------------------------------|----------------------|----------------|------------------------|
| | | Nº de Credores | Valor (Em Reais) | Nº de Credores | Valor (Em Reais) | Nº de Credores | Valor (Em Reais) | Nº de Credores | Valor (Em Reais) |
| Classe I – Créditos Trabalhistas | BRL | 4 | 107.249,82 | 3 | 97.769,82 | 3 | 97.769,82 | 1 | 9.480,00 |
| Classe II – Créditos Com Garantia Real | BRL | 4 | 9.099.696,58 | 1 | 4.352.776,92 | 1 | 4.352.776,92 | (3) | (4.746.919,66) |
| Classe III – Créditos Quirografários | BRL | 23 | 37.786.440,57 | 20 | 13.393.558,28 | 21 | 13.393.558,28 | 2 | (24.392.882,29) |
| Classe IV – Créditos ME / EPP | BRL | 10 | 392.427,26 | 10 | 391.505,79 | 10 | 391.505,79 | - | 921,47 |
| Total | | 41 | 47.385.814,23 | 34 | 18.235.610,81 | 35 | 18.235.610,81 | 6 | (29.150.203,42) |

Fonte: Relação de Credores de mov. 8.1, Edital da Administradora Judicial de mov. 125 e Retificação da RNC de mov. 247.

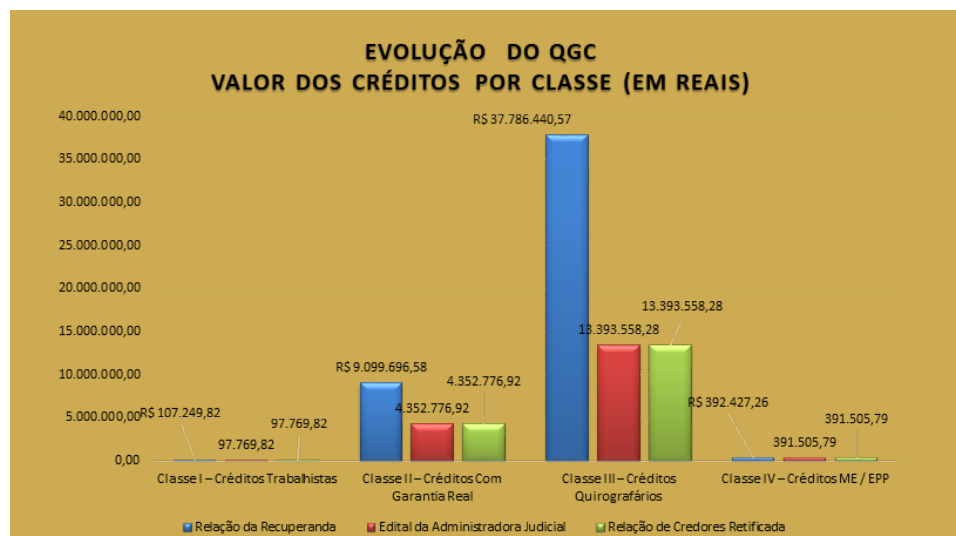


Endividamento

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, as Recuperandas apresentaram, no mov. 8.1, a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, tendo sido apresentada a relação da AJ, nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, ao mov. 118.2. Quanto aos créditos não concursais, informou a existência de débitos tributários/previdenciários.



Fonte: Relação de Credores de mov. 8.1, Edital da Administradora Judicial de mov. 125 e Retificação da RNC de mov. 247.

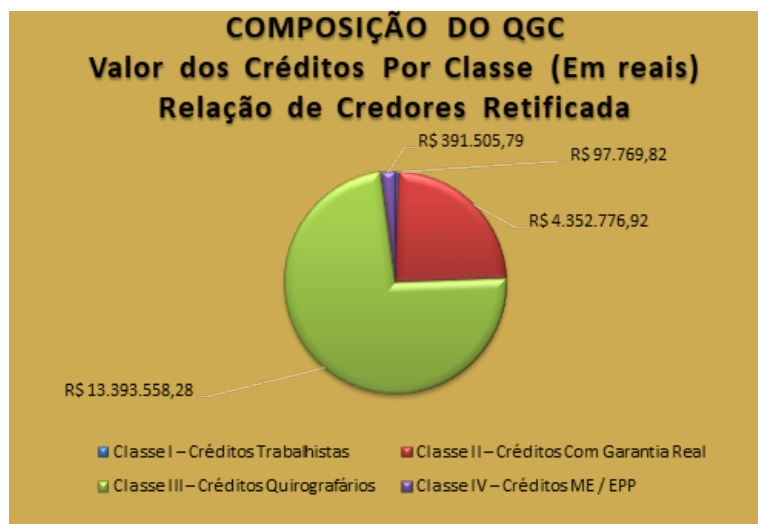
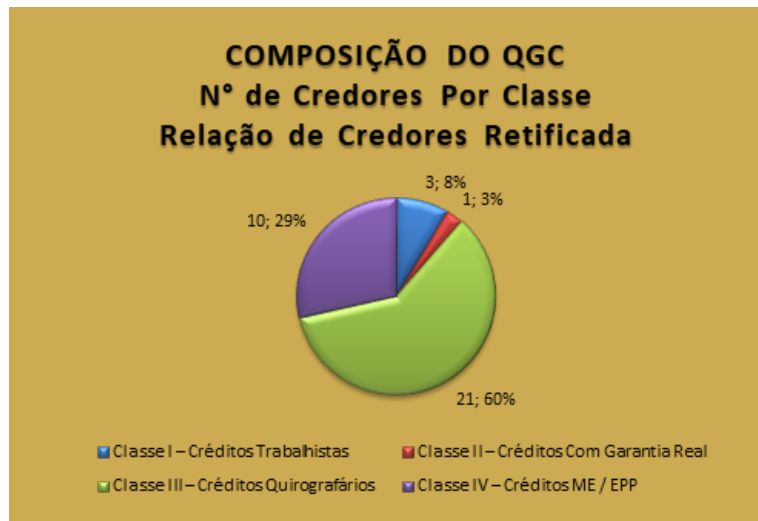


Fonte: Relação de Credores de mov. 8.1, Edital da Administradora Judicial de mov. 125 e Retificação da RNC de mov. 247.



Endividamento

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, as Recuperandas apresentaram, no mov. 8.1, a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, tendo sido apresentada a relação da AJ, nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, ao mov. 118.2. Quanto aos créditos não concursais, informou a existência de débitos tributários/previdenciários.



Fonte: Relação de Credores de mov. 8.1, Edital da Administradora Judicial de mov. 125 e Retificação da RNC de mov. 247.



Endividamento

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, as Recuperandas apresentaram, no mov. 8.1, a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, tendo sido apresentada a relação da AJ, nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, ao mov. 118.2. Quanto aos créditos não concursais, informou a existência de débitos tributários/previdenciários.

5.2 CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, as Recuperandas informaram a existência de credores extraconcursais, os quais contemplam apenas débitos tributários. Em contato diretamente com essas, foi informado a esta Administradora Judicial que inexistem demais contratos de natureza extraconcursal.

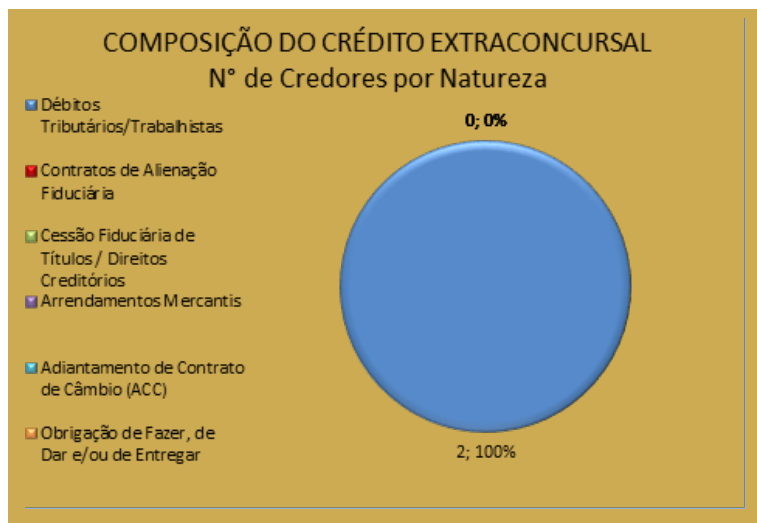
| Natureza do Crédito Extraconcursal | Moeda | Nº de Credores | Valor (Em Reais) |
|---|-------|----------------|-------------------|
| Débitos Tributários/Trabalhistas | BRL | 2 | 996.582,09 |
| Contratos de Alienação Fiduciária | BRL | - | - |
| Cessão Fiduciária de Títulos / Direitos Creditórios | BRL | | - |
| Arrendamentos Mercantis | BRL | | - |
| Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) | BRL | - | - |
| Obrigação de Fazer, de Dar e/ou de Entregar | BRL | - | - |
| Obrigações líquidas | BRL | - | - |
| Total | | 2 | 996.582,09 |

Fonte: Demonstrações contábeis das Recuperandas, em 30/06/2023, apresentadas diretamente ao Administrador Judicial.



Endividamento

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, as Recuperandas apresentaram, no mov. 8.1, a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, tendo sido apresentada a relação da AJ, nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, ao mov. 118.2. Quanto aos créditos não concursais, informou a existência de débitos tributários/previdenciários.



Fonte: Informações apresentadas pelas Recuperandas.



Endividamento

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, as Recuperandas apresentaram, no mov. 8.1, a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, tendo sido apresentada a relação da AJ, nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, ao mov. 118.2. Quanto aos créditos não concursais, informou a existência de débitos tributários/previdenciários.

5.2.1 Débitos Tributários

As Recuperandas apresentaram informações de débitos Tributários no montante de **R\$ 996.582,09 (Novecentos e noventa e seis mil, quinhentos e oitenta e dois reais e nove centavos)**, relativo a débitos da empresa junto as esferas Estadual e Federal (tópico 6.2) e que compõem o saldo contábil da rubrica Débitos Tributários e Trabalhistas.

| GRUPO | DESCRIÇÃO | SALDO ATUAL |
|--|------------------------------|-----------------------|
| OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS | OBRIGAÇÕES COM PESSOAL | R\$ 140.003,92 |
| | OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS | R\$ 226.600,64 |
| | PROVISÕES P/ FÉRIAS E 13º | R\$ 379.609,87 |
| | PARCELAMENTO DE IMPOSTOS | R\$ 250.367,66 |
| Total Obrigações Sociais e Tributárias | | R\$ 996.582,09 |
| Total Geral Débitos em 30/06/2023 | | R\$ 996.582,09 |

5.2.2 Contratos de alienação fiduciária

Até o presente momento, não foram apresentadas, pelas empresas Recuperandas, quaisquer informações acerca da existência de débitos dessa natureza.

5.2.3 Cessão fiduciária de títulos/direitos creditórios

Até o presente momento, não foram apresentadas, pelas empresas Recuperandas, quaisquer informações acerca da existência de débitos dessa natureza.

5.2.4 Arrendamentos mercantis

Até o presente momento, não foram apresentadas, pelas empresas Recuperandas, quaisquer informações acerca da existência de débitos dessa natureza.

5.2.5 Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)

Até o presente momento, não foram apresentadas, pelas empresas Recuperandas, quaisquer informações acerca da existência de débitos dessa natureza.

5.2.6 Obrigação de fazer, obrigação de dar e obrigação de entregar

Até o presente momento, não foram apresentadas, pelas empresas Recuperandas, quaisquer informações acerca da existência de débitos dessa natureza.

5.2.7 Obrigações ilíquidas

Até o presente momento, não foram apresentadas, pelas empresas Recuperandas, quaisquer informações acerca da existência de débitos dessa natureza.

5.2.8 Créditos pós ajuizamento da RJ (fiscal, trabalhista e outros)

Até o presente momento, não foram apresentadas, pelas empresas Recuperandas, quaisquer informações acerca da existência de débitos dessa natureza.



6. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

6.1 PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
6.2 PROPOSTA DE PAGAMENTO



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJSU5 P2HFF UUKDW EVQXK

Plano de Recuperação Judicial

O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado pelas Recuperandas no mov. 97, expondo os meios de recuperação que pretendem adotar, visando o soerguimento das empresas, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da LFRJ. Ademais, restou apresentado, ao mov. 261, Modificativo ao PRJ.

6.1 MEIOS DE RECUPERAÇÃO

As Recuperandas apresentaram no item 5 do PRJ, os meios de recuperação que pretendem adotar visando o soerguimento da empresa, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da Lei 11.101/2005. Segue uma síntese dos referidos meios:

- a) Carência e concessão de prazos com redução progressiva, proporcional e negocial, de valores devidos, pela absoluta falta de capital para disponibilização imediata para pagamento dos créditos, salvo os trabalhistas e ME/EPP (LFRE, art. 50, inc. I);
- b) Dação em pagamento, ou novação de dívidas do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiros; (art. 50, inc. IX da LFRE);
- c) Obtenção de descontos com os credores em geral e equalização dos encargos financeiros relativos a financiamentos e todos os demais débitos de diversas naturezas (art. 50, inc. XII, da LFRE);

Visto isso, após análise por esta Administradora Judicial das cláusulas acima expostas, constata-se que todos as medidas recuperacionais supracitadas estão em conformidade com o que dispõe a Lei 11.101/2005.



Plano de Recuperação Judicial

O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado pelas Recuperandas no mov. 97, expondo os meios de recuperação que pretendem adotar, visando o soerguimento das empresas, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da LFRJ. Ademais, restou apresentado, ao mov. 261, Modificativo ao PRJ.

6.2. PROPOSTA DE PAGAMENTO

Consoante ao Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 97, segue, abaixo, a síntese da forma de pagamento proposta pelas Recuperandas por classe de credores:

| Classe | Subclasse | Opções | Carência (exceto a Parcela Inicial) | Prazo para Pagamento | Correção Monetária e Juros | Deságio |
|--|-----------|---------|---|---|--|---------|
| Classe I Créditos Trabalhistas | - | - | - | Parcela única no prazo de 6 (seis) meses contados a partir do trânsito em julgado da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial. | Correção de 2% (dois por cento) ao ano, acrescida de TR. | - |
| Classe II Créditos Com Garantia Real | - | Opção A | 24 (vinte e quatro) meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial. | 96 (noventa e seis) parcelas mensais. | Correção de 2% (dois por cento) ao ano, acrescida de TR. | 70% |
| | | Opção B | 24 (vinte e quatro) meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial. | 120 (cento e vinte) parcelas mensais. | Correção de 2% (dois por cento) ao ano, acrescida de TR. | 50% |



Plano de Recuperação Judicial

O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado pelas Recuperandas no mov. 97, expondo os meios de recuperação que pretendem adotar, visando o soerguimento das empresas, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da LFRJ. Ademais, restou apresentado, ao mov. 261, Modificativo ao PRJ.

| Classe | Subclasse | Opções | Carência (exceto a Parcela Inicial) | Prazo para Pagamento | Correção Monetária e Juros | Deságio |
|--|-----------|---------|---|---|--|---------|
| Classe III Créditos Quirografários | - | Opção A | 24 (vinte e quatro) meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial. | 96 (noventa e seis) parcelas mensais. | Correção de 2% (dois por cento) ao ano, acrescida de TR. | 70% |
| | | Opção B | 24 (vinte e quatro) meses após a data da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial. | 120 (cento e vinte) parcelas mensais. | Correção de 2% (dois por cento) ao ano, acrescida de TR. | 50% |
| Classe IV Créditos ME / EPP | - | - | - | Parcela única no prazo de 6 (seis) meses contados a partir do trânsito em julgado da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial. | Correção de 2% (dois por cento) ao ano, acrescida de TR. | - |

Fonte: Plano de Recuperação Judicial Grupo Talita (mov. 97.1).



Plano de Recuperação Judicial

O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado pelas Recuperandas no mov. 97, expondo os meios de recuperação que pretendem adotar, visando o soerguimento das empresas, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da LFRJ. Ademais, restou apresentado, ao mov. 261, Modificativo ao PRJ.

Contudo, ao mov. 261.1, as Recuperandas apresentaram Modificativo ao Plano de Recuperação Judicial, passando a constar, nos seguintes termos:

| Classe | Subclasse | Opções | Carência (exceto a Parcela Inicial) | Prazo para Pagamento | Correção Monetária e Juros | Deságio |
|---|-----------|---------|--|---|--|---------|
| Classe I Créditos Trabalhistas | - | - | - | Parcela única no prazo de 6 (seis) meses contados a partir do trânsito em julgado da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial. | Correção de 2% (dois por cento) ao ano, acrescida de TR. | - |
| Classe II Créditos Com Garantia Real | - | Opção A | 12 (doze) meses após data de homologação do Plano de Recuperação Judicial. | 72 (setenta e dois) parcelas mensais, limitada a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), somado valor + juros, caso ultrapasse, aumenta-se o prazo de pagamento de modo que o valor mensal não ultrapasse a mencionada quantia. | Correção de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês. | 40% |
| | | Opção B | 12 (doze) meses após data de homologação do Plano de Recuperação Judicial. | 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, limitada a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), somado valor + juros, caso ultrapasse, aumenta-se o prazo de pagamento de modo que o valor mensal não ultrapasse a mencionada quantia. | Correção de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês. | 60% |
| | | Opção C | 6 (seis) meses após data de aprovação do Plano de Recuperação Judicial. | 12 (doze) parcelas mensais. | Correção de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês. | 80% |



Plano de Recuperação Judicial

O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado pelas Recuperandas no mov. 97, expondo os meios de recuperação que pretendem adotar, visando o soerguimento das empresas, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da LFRJ. Ademais, restou apresentado, ao mov. 261, Modificativo ao PRJ.

| Classe | Subclasse | Opções | Carência (exceto a Parcela Inicial) | Prazo para Pagamento | Correção Monetária e Juros | Deságio |
|---------------------------------------|-----------|---------|--|---|--|---------|
| Classe III Créditos Quirografários | - | Opção A | 12 (doze) meses após data de homologação do Plano de Recuperação Judicial. | 72 (setenta e dois) parcelas mensais, limitada a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), somado valor + juros, caso ultrapasse, aumenta-se o prazo de pagamento de modo que o valor mensal não ultrapasse a mencionada quantia. | Correção de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês. | 40% |
| | | Opção B | 12 (doze) meses após data de homologação do Plano de Recuperação Judicial. | 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, limitada a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), somado valor + juros, caso ultrapasse, aumenta-se o prazo de pagamento de modo que o valor mensal não ultrapasse a mencionada quantia. | Correção de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês. | 60% |
| | | Opção C | 6 (seis) meses após data de aprovação do Plano de Recuperação Judicial. | 12 (doze) parcelas mensais. | Correção de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês. | 80% |
| Classe IV Créditos ME / EPP | - | - | - | Parcela única no prazo de 6 (seis) meses contados a partir do trânsito em julgado da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial. | Correção de 2% (dois por cento) ao ano, acrescida de TR. | - |

Fonte: Modificativo ao Plano de Recuperação Judicial Grupo Talita (mov. 261.1).

Plano de Recuperação Judicial

O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado pelas Recuperandas no mov. 97, expondo os meios de recuperação que pretendem adotar, visando o soerguimento das empresas, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da LFRJ. Ademais, restou apresentado, ao mov. 261, Modificativo ao PRJ.

6.3 REALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS

Tendo em vista ainda não ter sido aprovado o Plano de Recuperação Judicial, não há que se falar em pagamentos realizados no presente procedimento recuperacional.



7. INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

- 7.1 DADOS PROCESSUAIS
- 7.2 ANDAMENTO PROCESSUAL
- 7.3 RECURSOS
- 7.4 INCIDENTES PROCESSUAIS
- 7.5 CRONOGRAMA PROCESSUAL



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJSU5 P2HFF UUKDW EVQXK

Informações Processuais

No período em análise, a Administradora Judicial apresentou Relatório do Modificativo do PRJ bem como a Ata da Assembleia Geral de Credores, que culminou na aprovação da votação de suspensão do ato para continuidade a ser realizada em 25/07/2023. Ademais, as Recuperandas requereram a aplicação de multa de 10% sobre o valor da causa dos autos de Busca e Apreensão nº 0001185-12.2022.8.16.0154 em razão da alienação dos bens apreendidos, contrariando determinação judicial.

7.1 DADOS PROCESSUAIS

Nos termos da Recomendação nº 72 do CNJ, apresenta-se na sequência um apontamento sobre a duração dos prazos processuais, considerando-se em dias corridos para todas as respostas:

| Item da Recomendação 72 | Descrição do Item | Resposta | Referência |
|-------------------------|---|---|-----------------|
| Item 2.3.1 | A devedora é: () empresa de pequeno porte EPP; () microempresa (ME); () empresa média; () empresa grande; (X) grupos de empresas; () empresário individual | Figuram como devedoras o grupo de empresas denominado como Grupo Talita. | Mov. 9.1 |
| Item 2.3.2 | Houve litisconsórcio ativo: (X) sim () não. 04 litisconsortes ativos e o Plano de recuperação foi (X) unitário () individualizado | Houve litisconsórcio ativo, constando as empresas Talita Indústria de Farinhas LTDA, Moinho Talita LTDA, Kleber Luis Priamo & CIA LTDA e Maiko Kleverson Priamo & CIA LTDA no polo ativo. Quanto ao PRJ, foi apresentado de maneira unitária. | Mov. 9.1 e 97.1 |
| Item 2.3.3 | Os documentos que instruíram a petição inicial indicaram o valor do passivo: tributário (X) sim () não / demais créditos excluídos da RJ: (X) sim () não | Foi juntada relação de credores concursais e não concursais pelas Recuperandas. | Mov. 8.1 |
| Item 2.3.4 | Houve realização de constatação prévia: () sim (X) não | Não houve realização de constatação prévia. | - |
| Item 2.3.5 | O processamento foi deferido (X) sim () não (Em caso positivo, em quanto tempo? (7) dias desde a distribuição da inicial. Houve emenda da inicial? (X) sim () não (Em caso negativo, em se tratando de litisconsorte, indicar: () indeferimento para todos os litisconsortes; () indeferimento para ____ (indicar número) litisconsortes, indicar fundamento legal para indeferimento) | Houve decisão deferindo o processamento da Recuperação Judicial após 7 (sete) dias da distribuição do pedido. | Mov. 23.1 |



Informações Processuais

No período em análise, a Administradora Judicial apresentou Relatório do Modificativo do PRJ bem como a Ata da Assembleia Geral de Credores, que culminou na aprovação da votação de suspensão do ato para continuidade a ser realizada em 25/07/2023. Ademais, as Recuperandas requereram a aplicação de multa de 10% sobre o valor da causa dos autos de Busca e Apreensão nº 0001185-12.2022.8.16.0154 em razão da alienação dos bens apreendidos, contrariando determinação judicial.

| Item da Recomendação 72 | Descrição do Item | Resposta | Referência |
|-------------------------|--|--|-------------------|
| Item 2.3.6.1 | Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a relação de credores elaborada pelo administrador judicial: 88 dias. | A inicial foi distribuída em data de 21/07/2022, enquanto a relação de credores da AJ, em 17/10/2022, após 88 dias. | Mov. 118 |
| Item 2.3.6.2 | Qual o tempo decorrido entre: a decisão de deferimento do processamento e a relação de credores elaborada pelo administrador judicial: 81 dias. | A decisão de deferimento do processamento foi proferida em data de 28/07/2022, enquanto a relação de credores da AJ, em 17/10/2022, após 81 dias. | Mov. 23.1 e 118.1 |
| Item 2.3.6.3 | Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a realização da primeira assembleia de credores para deliberar sobre o plano de recuperação: 273 dias. | O pedido de Recuperação Judicial foi distribuído em 21/07/2022 e a Assembleia Geral de Credores, em 1ª convocação, foi realizada em 20/04/2023, após 273 dias. | Mov. 1.1 e 231.2 |
| Item 2.3.6.4 | Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a aprovação do plano de recuperação pela assembleia de credores: _____ (indicar número) | Evento não ocorrido. | - |
| Item 2.3.6.5 | Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a aprovação ou rejeição do plano de recuperação judicial pela assembleia de credores: _____ (indicar número) | Evento não ocorrido. | - |
| Item 2.3.6.6 | Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a concessão da recuperação judicial (homologação do plano); ____ dias (indicar número) | Evento não ocorrido. | - |
| Item 2.3.6.7 | Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a convalidação em falência: em caso de plano rejeitado pela assembleia de credores; ____ dias (indicar número) e em caso de recuperação judicial concedida; ____ dias (indicar número) | Evento não ocorrido. | - |

Informações Processuais

No período em análise, a Administradora Judicial apresentou Relatório do Modificativo do PRJ bem como a Ata da Assembleia Geral de Credores, que culminou na aprovação da votação de suspensão do ato para continuidade a ser realizada em 25/07/2023. Ademais, as Recuperandas requereram a aplicação de multa de 10% sobre o valor da causa dos autos de Busca e Apreensão nº 0001185-12.2022.8.16.0154 em razão da alienação dos bens apreendidos, contrariando determinação judicial.

| Item da Recomendação 72 | Descrição do Item | Resposta | Referência |
|-------------------------|--|---|------------|
| Item 2.3.6.8 | Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial até a apresentação do quadro geral de credores; ___ dias (indicar número) | Evento não ocorrido. | - |
| Item 2.3.6.9 | Qual o tempo decorrido entre: a duração da suspensão prevista no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/05; _____ (indicar número) | Evento não ocorrido. Prorrogação do <i>stay period</i> deferida ao mov. 193.1, em 27/03/2023, portanto, ainda em curso. | - |
| Item 2.3.6.10 | O tempo decorrido desde a distribuição da inicial e extinção da recuperação judicial (quando não convolada em falência); ___ dias (indicar número) | Evento não ocorrido. | - |
| Item 2.3.7 | Aprovação do plano de recuperação judicial ocorreu na forma prevista no art. 58 §1º da Lei 11.101/05 (cram down): () sim () não | Evento não ocorrido. | - |
| Item 2.3.8 | Houve recurso contra a decisão que concedeu a recuperação judicial: () sim () não. Em caso positivo, o plano foi: () mantido integralmente () mantido em parte () anulado | Evento não ocorrido. | - |
| Item 2.3.9 | Houve a apresentação de plano especial na forma prevista nos arts. 70 e ss. da Lei 11.101/05 (quando aplicável): () sim () não | Evento não ocorrido. | - |
| Item 2.3.10 | Houve a realização de leilão para venda de filial ou UPI na forma prevista no art. 60 da Lei 11.101/05: () sim () não | Evento não ocorrido. | - |



Informações Processuais

No período em análise, a Administradora Judicial apresentou Relatório do Modificativo do PRJ bem como a Ata da Assembleia Geral de Credores, que culminou na aprovação da votação de suspensão do ato para continuidade a ser realizada em 25/07/2023. Ademais, as Recuperandas requereram a aplicação de multa de 10% sobre o valor da causa dos autos de Busca e Apreensão nº 0001185-12.2022.8.16.0154 em razão da alienação dos bens apreendidos, contrariando determinação judicial.

| Item da Recomendação 72 | Descrição do Item | Resposta | Referência |
|-------------------------|---|----------------------|------------|
| Item 2.3.10.1 | Em caso positivo, sobre o item 2.3.10, o leilão foi realizado: () antes () depois () antes e depois (se mais de um leilão e em diferentes momentos da assembleia geral de credores para deliberação do plano de recuperação | Evento não ocorrido. | - |
| Item 2.3.10.2 | Em caso positivo, sobre o item 2.3.10, houve recurso contra a decisão que deferiu ou indeferiu a alienação de filial ou UPI: () sim () não | Evento não ocorrido. | - |
| Item 2.3.10.3 | Em caso positivo, sobre o item 2.3.10, na hipótese de recurso, a realização do leilão foi: () autorizada () rejeitada | Evento não ocorrido. | - |
| Item 2.3.11 | Houve a alienação de bens na forma prevista no art. 66 da Lei 11.101/05: () sim () não (Em caso positivo, a alienação foi realizada: () antes () depois () antes e depois (se mais de uma alienação e em diferentes momentos da assembleia geral de credores para deliberação do plano de recuperação) | Evento não ocorrido. | - |
| Item 2.3.12 | Houve a concessão de financiamento ao devedor aprovado pelo Juízo no curso da recuperação judicial: () sim () não (Em caso positivo, houve a outorga de garantia real () sim () não) e (Em caso de outorga, a garantia constituída foi () alienação fiduciária () cessão fiduciária () hipoteca () penhor () outro direito real de garantia) | Evento não ocorrido. | - |
| Item 2.3.13 | Houve pedido de modificação do plano após a concessão de recuperação judicial () sim () não | Evento não ocorrido. | - |



Informações Processuais

No período em análise, a Administradora Judicial apresentou Relatório do Modificativo do PRJ bem como a Ata da Assembleia Geral de Credores, que culminou na aprovação da votação de suspensão do ato para continuidade a ser realizada em 25/07/2023. Ademais, as Recuperandas requereram a aplicação de multa de 10% sobre o valor da causa dos autos de Busca e Apreensão nº 0001185-12.2022.8.16.0154 em razão da alienação dos bens apreendidos, contrariando determinação judicial.

| Item da Recomendação 72 | Descrição do Item | Resposta | Referência |
|---------------------------|--|---|-------------------|
| Item 2.3.13.1 | Em caso positivo, sobre o item 2.3.13, o pedido foi formulado: ____ (indicar número) dias contados da distribuição da inicial e (indicar número) dias contados da concessão da recuperação judicial | Evento não ocorrido. | - |
| Itens 2.3.13.2 e 2.3.13.3 | Em caso positivo, sobre o item 2.3.13, o plano modificativo foi: () aprovado () rejeitado e em quanto tempo a contar da sua apresentação o plano de recuperação modificativo foi aprovado ou rejeitado: ____ (indicar número) dias | Evento não ocorrido. | - |
| Item 2.3.14 | Indique a razão da convalidação da recuperação judicial em falência: [inserir campo de texto] (ex: não apresentação do plano de recuperação judicial no prazo legal, descumprimento do plano de recuperação judicial, etc.). | Evento não ocorrido. | - |
| Item 2.3.15 | Houve fixação de honorários mensais ao Administrador Judicial: (X) sim () não (Em caso positivo, indicar o valor mensal da remuneração) | A Administradora Judicial apresentou proposta de honorários de forma parcelada, ao mov. 51.1, tendo sido homologado pelo d. juízo ao mov. 100.1, item 6, composta de 50 parcelas mensais. | Mov. 51.1 e 100.1 |
| Item 2.3.15.2 | Indicar o valor total da remuneração fixada ao Administrador Judicial: | A Administradora Judicial apresentou proposta de honorários de forma parcelada, ao mov. 51.1, tendo sido homologado pelo d. juízo ao mov. 100.1, item 6, no valor total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). | Mov. 51.1 e 100.1 |



Informações Processuais

No período em análise, a Administradora Judicial apresentou Relatório do Modificativo do PRJ bem como a Ata da Assembleia Geral de Credores, que culminou na aprovação da votação de suspensão do ato para continuidade a ser realizada em 25/07/2023. Ademais, as Recuperandas requereram a aplicação de multa de 10% sobre o valor da causa dos autos de Busca e Apreensão nº 0001185-12.2022.8.16.0154 em razão da alienação dos bens apreendidos, contrariando determinação judicial.

7.2 ANDAMENTO PROCESSUAL

A empresa ajuizou seu pedido de Recuperação Judicial no dia 22/07/2022, ocorrendo durante o período sob análise os seguintes atos processuais nos autos:

| Data | Evento | Mov. |
|------------|---|------|
| 01/06/2023 | Administradora Judicial apresenta Relatório do Modificativo do PRJ, em atenção ao art. 22, II, "h", da Lei 11.101/2005. | 270 |
| 05/06/2023 | Estado do Mato Grosso do Sul manifesta ciência quanto a decisão de mov. 264. | 273 |
| 06/06/2023 | Embargos de Declaração opostos por BANCO MERCEDES BENZ DO BRASIL S/A contra decisão de evento 264, uma vez que entendeu omissa com relação à impossibilidade de determinar a restituição do veículo que foi apreendido antes da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, questão que foi suscitada na petição de evento 60.1. Requer seja sanada a omissão para que seja reconhecida a impossibilidade de se determinar a restituição dos bens que foram apreendidos antes da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial. | 275 |
| 13/06/2023 | Manifestação da AJ reiterando cumprimento da intimação ao mov. 270. | 278 |
| 26/06/2023 | Manifestação da AJ apresentando a Ata da AGC realizada em 26/06/2023, que culminou na suspensão do ato por mais 29 (vinte e nove) dias, com nova data de continuidade em 25/07/2023, às 14h00min. | 283 |
| 27/06/2023 | Recuperandas requerem a aplicação de multa não inferior a 10% (dez por cento) sobre o valor da causa dos autos de Busca e Apreensão nº 0001185-12.2022.8.16.0154, uma vez que alienado o caminhão apreendido das Recuperandas. Ademais, informa que a prestação de contas relacionada a alienação do caminhão de placa BDO-5E64 e conjunto acoplado está sendo realizada nos autos de B.A. Assim, em atendimento a determinação do juízo quanto ao ponto em testilha, entende que o valor da alienação deve ser depositado em conta judicial vinculada aos autos nº 0001185-12.2022.8.16.0154, bem como as demais discussões devem lá prosseguir, evitando tumulto nos autos de RJ. | 285 |



Informações Processuais

No período em análise, a Administradora Judicial apresentou Relatório do Modificativo do PRJ bem como a Ata da Assembleia Geral de Credores, que culminou na aprovação da votação de suspensão do ato para continuidade a ser realizada em 25/07/2023. Ademais, as Recuperandas requereram a aplicação de multa de 10% sobre o valor da causa dos autos de Busca e Apreensão nº 0001185-12.2022.8.16.0154 em razão da alienação dos bens apreendidos, contrariando determinação judicial.

7.3 RECURSOS

Além dos autos de Recuperação Judicial, tramitam em instâncias superiores, envolvendo as Recuperandas, outras ações relacionadas, sendo:

| Processo | Partes | Situação |
|--|---|--|
| Agravo de Instrumento nº 0054329-72.2022.8.16.0000 | Banco Volvo (Brasil) S/A X Grupo Talita | Trata-se de Agravo de Instrumento interposto com efeito suspensivo pelo Banco Volvo (Brasil) S/A em face da decisão de mov. 23, a qual vedou a venda/retirada dos bens alienados fiduciariamente do estabelecimento do devedor sem que seja deliberada a essencialidade de tal bem para a atividade empresarial das Recuperandas enquanto perdurar o stay period. Ato contínuo, ao mov. 9, fora indeferida a medida liminar pleiteada pelo Agravante sob o fundamento de não se encontrarem presentes os requisitos necessários para sua concessão. Ao mov. 19, a Administradora Judicial se manifestou nos autos e, por sua vez, ao mov. 20, as Recuperandas apresentaram contrarrazões. No mov. 22, o <i>parquet</i> se pronunciou pelo não conhecimento do recurso por não ter sido matéria discutida no juízo <i>a quo</i> . Ao mov. 26, restou proferido competente acórdão não conhecendo o recurso , pois inadmissível, ante a carência de interesse recursal e, por consequência, Agravo Interno prejudicado. Ciência da Administradora Judicial no mov. 30, do <i>parquet</i> no mov. 43 e decurso de prazo do agravante, mov. 29. Trânsito em julgado. |
| Embargos de Declaração nº 0054329-72.2022.8.16.0000 ED 1 | Banco Volvo (Brasil) S/A X Grupo Talita | Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo Banco Volvo (Brasil) S/A, em face da decisão de mov.9, a qual negou a atribuição de efeito suspensivo ao AI nº 0054329-72.2022.8.16.0000. Ao mov. 7.1, fora negado provimento aos Embargos de Declaração opostos sob o fundamento de mera irresignação quanto a não concessão do efeito suspensivo requerido por parte do Embargante, estando ausentes os vícios previstos na legislação para seu deferimento. Ao mov. 10, a Administradora Judicial se manifestou nos autos e, por sua vez, ao mov. 11, as Recuperandas, tendo sido transferido Agravo Interno ao mov. 12. Trânsito em julgado. |



Informações Processuais

No período em análise, a Administradora Judicial apresentou Relatório do Modificativo do PRJ bem como a Ata da Assembleia Geral de Credores, que culminou na aprovação da votação de suspensão do ato para continuidade a ser realizada em 25/07/2023. Ademais, as Recuperandas requereram a aplicação de multa de 10% sobre o valor da causa dos autos de Busca e Apreensão nº 0001185-12.2022.8.16.0154 em razão da alienação dos bens apreendidos, contrariando determinação judicial.

| Processo | Partes | Situação |
|--|---|---|
| Agravo Interno nº 0054329-72.2022.8.16.0000 Ag 2 | Banco Volvo (Brasil) S/A X Grupo Talita | Interposto Agravo Interno contra a decisão de mov. 7.1, que não conheceu o recurso, tendo sido proferido despacho do mov. 7.1 determinando a intimação da Administradora Judicial para se manifestar e, na sequência, a Procuradoria Geral de Justiça, retornando concluso para retratação ou inclusão em pauta para julgamento. Ao mov. 10, constou manifestação da AJ e, ao mov. 11, das Recuperandas. O representante do Ministério Público apresentou parecer ao mov. 14 informando que deixa o agravo interno dispensa pronunciamento da Procuradoria de Justiça, razão pela qual deixa de o fazer, porém, pondera que já houve manifestação ao mov. 23 do Agravo de Instrumento. Ao mov. 17 restou proferido competente acórdão não conhecendo o recurso , pois inadmissível, ante a carência de interesse recursal e, por consequência, Agravo Interno prejudicado. Ciência da Administradora Judicial no mov. 21 e decurso de prazo do agravante e agravado, mov. 22 a 30. Trânsito em julgado. |
| Agravo de Instrumento nº 0054351-33.2022.8.16.0000 | Banco Santander (Brasil) S/A X Grupo Talita | Trata-se de Agravo de Instrumento interposto com efeito suspensivo pelo Banco Santander (Brasil) S/A em face da decisão de mov. 23, deferiu o processamento da Recuperação Judicial em favor das Recuperandas dispensando a apresentação das certidões negativas e estabeleceu a contagem do <i>stay period</i> em dias úteis. Ato contínuo, ao mov. 20, o d. Desembargador recebeu o presente recurso e determinou a intimação das Recuperandas e desta AJ para apresentação de contrarrazões no prazo de 15 dias úteis. A AJ se manifestou ao mov. 26 e as Recuperandas, por sua vez, renunciaram a intimação (mov. 27 a 30), tendo sido o feito concluso, ao mov. 31, para despacho do relator. Ao mov. 35, o parquet exarou seu parecer no sentido de parcial conhecimento do agravo e, na parte conhecida, pelo parcial provimento. O feito foi incluído em pauta para sessão virtual de 17/07/2023 até 21/07/2023, ao mov. 40. Procedimento em trâmite. |



Informações Processuais

No período em análise, a Administradora Judicial apresentou Relatório do Modificativo do PRJ bem como a Ata da Assembleia Geral de Credores, que culminou na aprovação da votação de suspensão do ato para continuidade a ser realizada em 25/07/2023. Ademais, as Recuperandas requereram a aplicação de multa de 10% sobre o valor da causa dos autos de Busca e Apreensão nº 0001185-12.2022.8.16.0154 em razão da alienação dos bens apreendidos, contrariando determinação judicial.

| Processo | Partes | Situação |
|--|-----------------------------------|--|
| Agravo de Instrumento nº 0020706-80.2023.8.16.0000 | Itaú Unibanco S/A X Grupo Talita | Interposto Agravo de Instrumento contra a decisão de mov. 193 que determinou a prorrogação do stay period pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias ou até a homologação do Plano de Recuperação Judicial, o que ocorrer primeiro. O recurso foi recebido ao mov. 35, porém, indeferida a liminar que pleiteou o efeito suspensivo, tendo sido determinada a intimação da Agravada e da Administradora Judicial para, querendo, oferecer resposta no prazo legal. Renúncia da intimação, pelas Recuperandas, ao mov. 44 e manifestação da AJ ao mov. 45. Ao mov. 46, os autos foram entregues em carga ao Ministério Público, com leitura em 29/05/2023, ao mov. 47, pendente parecer até a presente data. Procedimento em trâmite. |
| Agravo de Instrumento nº 0023598-59.2023.8.16.0000 | Banco Bradesco S/A X Grupo Talita | Interposto Agravo de Instrumento contra a decisão dos autos originários de mov. 193, que acolheu parcialmente os embargos de declaração opostos para manter a impossibilidade de realização de novos protestos em desfavor das Recuperandas e, rejeitando aclaratório diverso, confirmou o deferimento da consolidação substancial às Requerentes, ora Agravadas. Ao mov. 32, foi proferida decisão inicial indeferindo a tutela pretendida sob o fundamento de que a decisão recorrida foi proferida em consonância ao entendimento do e. STJ quanto ao protesto e inscrição em cadastro de restrição ao crédito. Quanto a consolidação substancial, em sede de cognição sumária, entendeu pela sua configuração, inexistindo, portanto, os requisitos autorizadores da medida cf. art. 300 do CPC. Ao final, determinou a intimação da Administradora Judicial para apresentar manifestação nos autos. Manifestação da AJ ao mov. 4 e renúncia da intimação, pelas Recuperandas, ao mov. 44. Ao mov. 30, os autos foram entregues em carga ao Ministério Público, com leitura em 10/06/2023, ao mov. 47, pendente parecer até a presente data. Procedimento em trâmite. |



Informações Processuais

No período em análise, a Administradora Judicial apresentou Relatório do Modificativo do PRJ bem como a Ata da Assembleia Geral de Credores, que culminou na aprovação da votação de suspensão do ato para continuidade a ser realizada em 25/07/2023. Ademais, as Recuperandas requereram a aplicação de multa de 10% sobre o valor da causa dos autos de Busca e Apreensão nº 0001185-12.2022.8.16.0154 em razão da alienação dos bens apreendidos, contrariando determinação judicial.

7.4 INCIDENTES PROCESSUAIS

Além dos autos de Recuperação Judicial, tramitam de forma incidental, envolvendo a Recuperanda, outras ações relacionadas, sendo elas:

| Processo | Partes | Situação |
|--|---|--|
| Incidente Processual para RMA nº 0001652-88.2022.8.16.0154 | Marques Administração Judicial X Grupo Talita | Trata-se de incidente processual destinado a apresentação dos Relatórios Mensais de Atividades pela Administradora Judicial, para fins de conferir maior organização e celeridade aos autos recuperacionais. |
| Impugnação de Crédito nº 0002036-51.2022.8.16.0154 | Talita Imp. e Exp. Alimentos LTDA e Moinho Talita LTDA. x Banco Santander (Brasil) S.A. | <p>Impugnação de crédito apresentada pelas Recuperandas acerca da submissão do crédito do Banco Santander S/A, contrato nº 199700300460, requerendo seja incluído na relação geral de credores, na Classe III - Créditos Quirografários e, sucessivamente, reconhecer como extraconcursal a porcentagem do valor do crédito de apenas 40%, equivalente a R\$ 650.000,00.</p> <p>Ao mov. 18, o Banco Santander apresentou contestação, aduzindo a intempestividade da impugnação apresentada, incorreção no valor da causa e a manutenção do reconhecimento da extraconcursalidade do crédito oriundo do contrato nº 199700300460. Ao mov. 26, esta AJ se manifestou pela improcedência integral da impugnação de crédito.</p> <p>Exarado parecer do <i>parquet</i> no sentido de não haver intervenção do MP (mov. 31).</p> <p>Ao mov. 36, o d. magistrado retificou o valor da causa a corresponder ao valor do crédito impugnado, de R\$ 1.680.000,00, determinando a intimação dos impugnantes para complementar o valor das custas iniciais. Ademais, reconheceu a extraconcursalidade do crédito, em sua íntegra, rejeitando a impugnação apresentada, condenando-a ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios em favor do patrono do impugnado.</p> <p>Informado, ao mov. 40, a cessão de crédito parcial havido a Nanban II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados, de modo que, ao mov. 42, determinou a intimação do advogado do impugnado para dar início ao cumprimento de sentença.</p> <p>Ao mov. 48, as Recuperandas informaram a interposição de Agravo de Instrumento contra a decisão de mov. 36.</p> <p>Decisão mantida, ao mov. 51 e, ao mov. 54, requerida a substituição da instituição financeira pela procuradora.</p> <p>Procedimento em trâmite.</p> |



Informações Processuais

No período em análise, a Administradora Judicial apresentou Relatório do Modificativo do PRJ bem como a Ata da Assembleia Geral de Credores, que culminou na aprovação da votação de suspensão do ato para continuidade a ser realizada em 25/07/2023. Ademais, as Recuperandas requereram a aplicação de multa de 10% sobre o valor da causa dos autos de Busca e Apreensão nº 0001185-12.2022.8.16.0154 em razão da alienação dos bens apreendidos, contrariando determinação judicial.

| Processo | Partes | Situação |
|--|---|---|
| Impugnação de Crédito nº 0002037-36.2022.8.16.0154 | Talita Imp. e Exp. Alimentos LTDA, Moinho Talita LTDA e Valgroup Mg Indústria de Embalagens Flexíveis LTDA x Banco do Brasil S.A. | <p>Impugnação de crédito apresentada pelas Recuperandas acerca da submissão do crédito do Banco do Brasil S/A, requerendo sejam considerados como sujeitos à recuperação judicial os créditos oriundos dos contratos nº 080519715, 080520570, 080520654, 40/05246, 40/04944-2 e 080520567, determinando sua inclusão na relação de credores na Classe III - Créditos Quirografários. Consequentemente, seja reconhecido como extraconcursal apenas a porcentagem do valor do crédito, correspondente a 60% do representado pelo contrato 080.520.570, de 70% pelo contrato 080.519.715 e de 70% pelo contrato 080.520.654, retificando o valor habilitado à instituição financeira de R\$ 4.352.776,92, habilitado na Classe II - Real, para R\$ 4.034.965,83.</p> <p>Ao mov. 22, o Banco do Brasil apresentou contestação, pugnando pelo indeferimento dos pedidos formulados pelas Recuperandas e, ao mov. 31, a AJ se manifestou pela improcedência integral da impugnação de crédito, fazendo a ressalva apenas em relação aos descontos mencionados que foram realizados nas contas bancárias da Impugnante após o deferimento do processamento da Recuperação Judicial, sento imprescindível a intimação da Impugnante/Impugnada para apresentar os extratos bancários que demonstrem os descontos feitos <i>contra legem</i>.</p> <p>Exarado parecer do <i>parquet</i> no sentido de não haver intervenção do MP (mov. 36).</p> <p>Ao mov. 41, o d. magistrado retificou o valor da causa a corresponder ao valor do crédito impugnado, de R\$ 2.389.790,16, determinando a intimação para complementar o valor das custas iniciais. Ademais, determinou a juntada dos extratos solicitados pela Administradora Judicial.</p> <p>Opostos aclaratórios, pelo Banco do Brasil, ao mov. 44 e, informado, pelas Recuperandas, a impossibilidade de apresentação dos extratos, requerendo a intimação do banco para o fazer.</p> <p>Ao mov. 47 o d. magistrado determinou que a instituição financeira junta os extratos aos autos, tendo sido apresentada contrarrazões ao aclaratório, pelas Recuperandas, ao mov. 52 e, ainda, requerida dilação de prazo pelo Banco, ao mov. 54.</p> <p>Procedimento em trâmite.</p> |



Informações Processuais


No período em análise, a Administradora Judicial apresentou Relatório do Modificativo do PRJ bem como a Ata da Assembleia Geral de Credores, que culminou na aprovação da votação de suspensão do ato para continuidade a ser realizada em 25/07/2023. Ademais, as Recuperandas requereram a aplicação de multa de 10% sobre o valor da causa dos autos de Busca e Apreensão nº 0001185-12.2022.8.16.0154 em razão da alienação dos bens apreendidos, contrariando determinação judicial.

| Processo | Partes | Situação |
|--|---|---|
| Impugnação de Crédito nº 0002035-66.2022.8.16.0154 | Talita Imp. e Exp. Alimentos LTDA e Moinho Talita LTDA. x Caixa Econômica Federal | <p>Impugnação de crédito apresentada pelas Recuperandas acerca da submissão do crédito da CEF, requerendo seja considerado como sujeito à recuperação judicial o contrato nº 14.4317.737.0000042, determinando a inclusão do mesmo na relação geral de credores na Classe I – Créditos Quirografários. Consequentemente, seja reconhecido como extraconcursal apenas o valor o valor de R\$ 950.000,00, referente a cessão fiduciária do valor depositado em aplicação financeira.</p> <p>Ao mov. 18, a CEF apresentou contestação, oportunidade em que pleiteou o indeferimento da Impugnação de Crédito, de modo que seja mantido o caráter extraconcursal do crédito oriundo do contrato nº 14.4317.737.0000042 de forma integral e, de igual modo, ao mov. 26, esta Administradora Judicial se manifestou pela improcedência integral da impugnação. Exarado parecer do <i>parquet</i> no sentido de não haver intervenção do MP (mov. 31).</p> <p>Ao mov. 36, o d. magistrado rejeitou a impugnação apresentada, condenando-a ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios em favor do patrono do impugnado, em 10% sobre o valor da causa.</p> <p>Ao mov. 39, as Recuperandas informaram a interposição de Agravo de Instrumento contra a decisão de mov. 36, tendo manifestada ciência pelo juízo, ao mov. 42, mantendo o <i>decisum</i>.</p> <p>Procedimento em trâmite.</p> |



Informações Processuais

No período em análise, a Administradora Judicial apresentou Relatório do Modificativo do PRJ bem como a Ata da Assembleia Geral de Credores, que culminou na aprovação da votação de suspensão do ato para continuidade a ser realizada em 25/07/2023. Ademais, as Recuperandas requereram a aplicação de multa de 10% sobre o valor da causa dos autos de Busca e Apreensão nº 0001185-12.2022.8.16.0154 em razão da alienação dos bens apreendidos, contrariando determinação judicial.

 Eventos ocorridos
 Eventos Futuros

7.5 CRONOGRAMA PROCESSUAL

| Data | Evento |
|------------|--|
| 21/07/2022 | Ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial (art. 51 LFRJ) |
| 28/07/2022 | Deferimento do Processamento da Recuperação Judicial (art. 52 LFRJ) |
| 16/08/2022 | Publicação de Edital de deferimento do processamento da RJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 52, §1º LFRJ) |
| 04/08/2022 | Assinatura do Termo de Compromisso pela Administradora Judicial (art. 33 LFRJ) |
| 31/08/2022 | Decurso do prazo para apresentação de Habilitações e Divergências de Créditos pelos Credores diretamente à Administradora Judicial (art. 7º, §1º LFRJ) |
| 23/09/2022 | Apresentação do Plano de Recuperação Judicial pelas Recuperandas (art. 53 LFRJ) |
| 17/10/2022 | Apresentação da Relação de Credores elaborada pela Administradora Judicial (art. 7º, §2º LFRJ) |
| 04/11/2022 | Publicação de Edital aviso de recebimento do PRJ e Relação de Credores do AJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 53 e 7º, §2º LFRJ) |
| 16/11/2022 | Decurso do prazo para apresentação de Impugnação à Relação Nominal de Credores apresentada pela Administradora Judicial pelos Credores (art. 8º LFRJ) |
| 07/12/2022 | Decurso de prazo para apresentação de Objeções ao Plano de Recuperação Judicial pelos Credores (art. 55, parágrafo único LFRJ) |
| 24/01/2023 | Decurso de prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra as Recuperandas - 180 dias após o deferimento da RJ, salvo eventuais prorrogações (art. 6º, §4º LFRJ) |
| 27/03/2023 | Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ em AGC (art. 56, §1º LFRJ) |
| | Homologação do Quadro Geral de Credores (art. 18 LFRJ) |
| | Homologação do Plano de Recuperação Judicial (art. 58 LFRJ) |
| | Término do período de fiscalização judicial (art. 61 LFRJ) |



8. GLOSSÁRIO



Glossário

AGC – Assembleia Geral de Credores
AI – Agravo de Instrumento
AJ – Administradora Judicial
ART. – Artigo
CCB – Cédula de Crédito Bancário
DJE – Diário de Justiça Eletrônico
DES – Desembargador (a)
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício
ED – Embargos de Declaração
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
EPP – Empresa de Pequeno Porte
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços
INC. - Inciso
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)
LTDA – Limitada
ME – Microempresa
MM. – Meritíssimo
M – Milhão
MOV. - Movimentação
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
QGC – Quadro Geral de Credores
RJ – Recuperação Judicial
Rel. – Relator (a)
Recuperandas – Grupo Talita - Talita Indústria De Farinhas LTDA, Moinho Talita LTDA, Kleber Luis Priamo & CIA LTDA e Maiko Kleverson Priamo & CIA LTDA
Resp – Recurso Especial
RMA – Relatório Mensal de Atividades
RNC – Relação Nominal de Credores
ROA – Retorno sobre ativo total
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido
S. A. – Sociedade Anônima
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná
TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo
TRF – Tribunal Regional Federal
PRJ – Plano de Recuperação Judicial
§ - Parágrafo
TRF – Tribunal Regional Federal
PRJ – Plano de Recuperação Judicial



9. ANEXOS



Anexo I

FOTOS DA INSPEÇÃO FÍSICA

Durante o período sob análise - **Junho de 2023** - esta Administradora Judicial realizou inspeção física nas dependências das Recuperandas.



**CURITIBA/PR**

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP 80.530-000
(41) 3206-2754 | (41) 99189-2968

MARINGÁ/PR

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP 87.020-015
(44) 3226-2968 | (44) 99127-2968

SÃO PAULO/SP

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP 01.310-000
(11) 3135-6549 | (11) 98797-8850

www.marquesadmjudicial.com.br

[f](https://www.facebook.com/marquesadmjudicial) [@](https://www.instagram.com/marquesadmjudicial) [▶](https://www.youtube.com/marquesadmjudicial) /marquesadmjudicial



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJSU5 P2HFF UUKDW EVQXK